

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

3º trimestre de 2024

Coordenação-Geral de Contabilidade

Serviço de Relatórios Contábeis

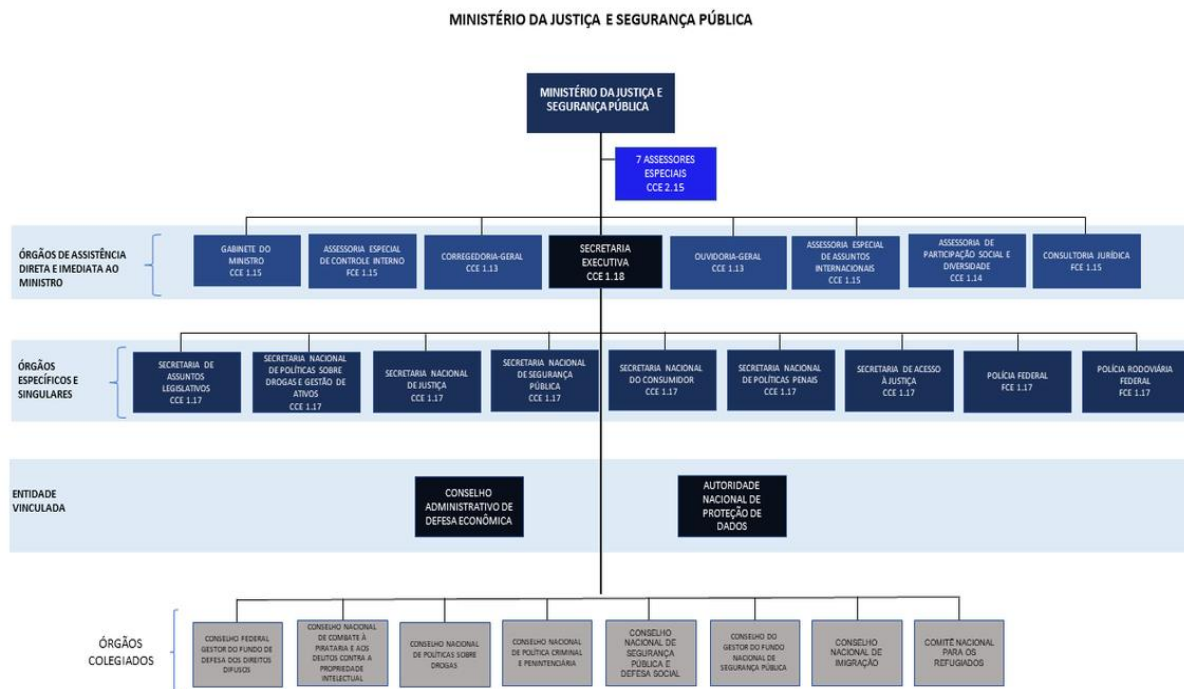
31 de outubro de 2024

SUMÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
GESTÃO CONTÁBIL	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstrações das Variações Patrimoniais	11
Balanço Orçamentário	13
Balanço Financeiro	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
NOTAS EXPLICATIVAS	19
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	19
Nota 02 – Créditos a Curto Prazo – BP	21
Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP.....	22
Nota 04 – Ativo Imobilizado – BP	24
Nota 05 – Ativo Intangível – BP	30
Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP	30
Nota 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo – BP	32
Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	33
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	34
Nota 10 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP	38
Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP.....	42
Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	44
Nota 13 – Receitas – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO.....	45
Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO.....	46
Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO	46
Nota 16 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados – Anexo 1 – BO	47
Nota 17 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Anexo 2 – BO	49
Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF	51
Nota 19 – Segurança Pública – DFC	53
Nota 20 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – DFC	55
Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	56

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 11.348](#), de 1º de janeiro de 2023.



Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/ acesso-a-informacao/institucional/organogramas/>

O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560/1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201/2001](#), revogada pela [Lei nº 13.756/2018](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79/1994](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen; e
- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347/1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

Destaca-se, ainda, pela nova estrutura regimental do MJSP, aprovada pelo [Decreto nº 11.348/2023](#), de 1º de janeiro de 2023, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2023, a inclusão em sua estrutura da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial, prevista na Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei nº 13.709/2018](#)).

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria do Ministro nº 895/2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, Ética, Interesse Público, Respeito, Legalidade, Resultados, Capital Humano, Inovação, Transparência e Sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria MJSP nº 260, de 30 de dezembro de 2022](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de informação de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e do Serviço de Relatórios Contábeis - SRC.

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual Siafi, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NEs.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada

pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo CADE, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6, da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
 n = vida útil da acessão
 x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atua alinhada ao órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, a STN do Ministério da Fazenda – MF, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprе esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no Siafi, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão Superior MJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF ¹	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD (Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon)	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP (Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp)	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – Funpen (Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen) ^{1 3}	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD (Secretaria Nacional Antidrogas – Senad)	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ^{1 2}	
	30212	Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ²	

¹ Unidade organizacional vinculada ao MJSP que possui seccional de contabilidade ou contador responsável.

² Autarquia sob Regime Especial – entidade da administração pública federal indireta.

³ Fundo gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

A CGCONTAB realiza o acompanhamento direto de 55 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 20 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do Senappen, com 14 unidades;
- do CADE, com 1 unidade.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	30/09/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		15.236.294	12.109.218
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	8.603.093	6.688.460
Créditos a Curto Prazo	02	6.479.146	5.261.687
Demais Créditos e Valores		6.479.146	5.261.687
Estoques		153.998	159.071
VPDs Pagas Antecipadamente		56	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.145.539	11.532.269
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.248.960	3.237.663
Créditos a Longo Prazo		3.248.960	3.237.663
Dívida Ativa Não Tributária		1.816.223	4.714.600
Dívida Ativa Não Tributária	03	4.733.217	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(2.916.995)	-
Demais Créditos e Valores		1.432.737	1.440.058
Demais Créditos e Valores		1.432.737	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos e Longo Prazo		-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-	(2.916.995)
Investimentos		21	21
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes	04	3	3
Demais Investimentos Permanentes		3	3
Imobilizado		8.515.277	7.904.761
Bens Móveis		4.197.465	3.813.402
Bens Móveis		5.722.806	5.200.954
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.525.340)	(1.387.552)
Bens Imóveis		4.317.812	4.091.359
Bens Imóveis	05	4.326.401	4.096.438
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(8.589)	(5.079)
Intangível		381.280	389.823
Softwares		381.280	389.823
Softwares		421.098	443.613
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(39.818)	(53.790)
TOTAL DO ATIVO		27.381.833	23.641.486
PASSIVO	NE	30/09/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE		2.032.573	1.391.212
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	1.172.878	954.807
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		316.002	27.832
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		35	2
Transferências Fiscais de Curto Prazo		82.727	87.967
Demais Obrigações a Curto Prazo	07	460.930	320.605
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.500.000	0
Provisões a Longo Prazo		1.500.000	0
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		3.532.573	1.391.213
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.849.260	22.250.274
Demais Reservas		990.568	673.912
Resultados Acumulados		22.858.693	21.576.361
Resultado do Exercício	08	1.697.326	3.453.623

Fonte: Siafi.

Resultados de Exercícios Anteriores		21.576.631	18.134.639
Ajustes de Exercícios Anteriores		(414.995)	(11.901)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.381.833	23.641.486

R\$ milhares

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
09					
ATIVO	30/09/2024	31/12/2023	PASSIVO	30/09/2024	31/12/2023
Ativo Financeiro	8.603.191	6.688.533	Passivo Financeiro	8.514.065	4.684.726
Ativo Permanente	18.778.642	16.952.954	Passivo Permanente	2.182.374	308.285
			Saldo Patrimonial	16.685.394	18.648.476

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	30/09/2024	31/12/2023	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		461.867	381.177	
Atos Potenciais Ativos		461.867	381.177	
Garantias e Contragarantias Recebidas		369.103	336.530	
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		92.700	44.583	
Direitos Contratuais		64	64	
TOTAL		461.867	381.177	

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
10				
PASSIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	30/09/2024	31/12/2023	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		5.991.852	5.237.536	
Atos Potenciais Passivos		5.991.852	5.237.536	
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		1.938.482	2.040.881	
Obrigações Contratuais		4.053.342	3.196.627	
TOTAL		5.991.852	5.237.536	

R\$ milhares

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(3.564.627)
Recursos Vinculados	3.653.754
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(974)
Previdência Social (RPPS)	(279.590)
Dívida Pública	(230.422)
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	(233.787)
Fundos, Órgãos e Programas	4.398.742
Recursos Extraorçamentários	(214)
TOTAL	89.126

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/09/2024	30/09/2023
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		603.612	657.240
Impostos		-	37
Taxas		603.612	657.202
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		54.450	48.490
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		54.450	48.490
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		488.157	412.687
Juros e Encargos de Mora		1.565	1.276
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		486.591	411.411
Transferências e Delegações Recebidas		43.167.837	40.489.404
Transferências Intragovernamentais		42.652.887	40.029.868
Outras Transferências e Delegações Recebidas		514.950	459.536
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		316.815	3.175.300
Ganhos com Alienação		106.895	116.185
Ganhos com Incorporação de Ativos		196.447	3.051.080
Ganhos com Desincorporação de Passivos		13.473	8.036
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.496.018	1.432.258
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	1.972
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.496.018	1.430.286
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		48.126.889	46.215.379

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/09/2024	30/09/2023
Pessoal e Encargos	11	6.721.197	6.249.134
Remuneração a Pessoal		5.160.261	4.806.228
Encargos Patronais		1.070.716	1.034.307
Benefícios a Pessoal		458.708	373.559
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		31.512	35.039
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.713.243	3.416.120
Aposentadorias e Reformas		2.703.804	2.448.750
Pensões		932.039	897.019
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		77.400	70.352
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		2.460.023	2.151.297
Uso de Material de Consumo		260.596	236.170
Serviços		1.989.313	1.685.298
Depreciação, Amortização e Exaustão		210.114	229.829
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		138.059	105.365
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		1	3
Juros e Encargos de Mora		337	280
Variações Monetárias e Cambiais		1	1
Descontos Financeiros Concedidos		137.720	105.081
Transferências e Delegações Concedidas		32.683.773	29.898.322
Transferências Intragovernamentais		31.774.697	28.331.946
Transferências Intergovernamentais		475.300	1.041.299
Transferências ao Exterior		11.931	10.173
Outras Transferências e Delegações Concedidas		421.846	514.904
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		632.613	528.333
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		152.581	267.873
Perdas com Alienação		19.131	15.269
Perdas Involuntárias		11.274	60.259
Incorporação de Passivos		22.531	19.967
Desincorporação de Ativos		427.096	164.965
Tributárias		3.834	3.662
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.431	2.662
Contribuições		1.403	1.000
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		76.820	41.705
Incentivos		2.063	920
Subvenções Econômicas		783	4.003
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		73.974	36.782
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		46.429.563	42.393.938
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		1.697.326	3.821.441

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário*Receitas e Despesas Orçamentárias*R\$ milhares
30/09/2024

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		5.368.324	5.368.324	4.762.269	(606.055)
Receitas Tributárias		590.199	590.199	422.528	(167.671)
Taxas		590.199	590.199	422.528	(167.671)
Receitas de Contribuições		223	223	119	(104)
Contribuições Sociais		223	223	119	(104)
Receita Patrimonial		2.939.568	2.939.568	2.554.680	(384.888)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		199	199	107	(93)
Valores Mobiliários		534.085	534.085	482.359	(51.726)
Demais Receitas Patrimoniais	12	2.405.284	2.405.284	2.072.214	(333.070)
Receitas de Serviços		64.981	64.981	54.217	(10.764)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		64.981	64.981	54.216	(10.766)
Outros Serviços		-	-	1	1
Outras Receitas Correntes		1.773.352	1.773.352	1.730.725	(42.627)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13	1.636.093	1.636.093	1.158.862	(477.231)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		596	596	27.146	26.550
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		124.926	124.926	537.435	412.509
Demais Receitas Correntes		11.737	11.737	7.281	(4.456)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	3.293	3.293
Alienação de Bens		-	-	3.293	3.293
Alienação de Bens Móveis		-	-	3.293	3.293
SUBTOTAL DE RECEITAS		5.368.324	5.368.324	4.765.562	(602.762)
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	14	-	-	12.626.008	12.626.008
TOTAL		5.368.324	5.368.324	17.391.570	12.023.246
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	328.278	-	(328.278)
Superavit Financeiro		-	309.744	-	-
Créditos Cancelados		-	18.533	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		17.686.831	18.206.459	15.859.340	11.924.265	10.867.255	2.347.118
Pessoal e Encargos Sociais		13.240.405	13.490.726	11.746.285	9.522.259	8.750.057	1.744.441
Outras Despesas Correntes	15	4.446.426	4.715.732	4.113.055	2.402.006	2.117.198	602.677
DESPESAS DE CAPITAL		3.188.411	2.997.062	1.532.230	86.103	67.371	1.464.832
Investimentos		3.188.411	2.997.062	1.532.230	86.103	67.371	1.464.832
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.085.136	1.085.136	-	-	-	1.085.136
TOTAL		21.960.378	22.288.655	17.391.570	12.010.367	10.934.626	4.897.086

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares
30/09/2024

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		209.075	767.888	597.550	568.750	89.241	318.972
Pessoal e Encargos Sociais		10.479	28.920	10.115	10.112	8.853	20.434
Outras Despesas Correntes		198.596	738.968	587.435	558.637	80.389	298.538
DESPESAS DE CAPITAL		1.197.711	1.427.151	1.050.210	945.211	80.136	1.599.515
Investimentos		1.197.711	1.427.151	1.050.210	945.211	80.136	1.599.515
TOTAL	16	1.406.787	2.195.038	1.647.760	1.513.961	169.378	1.918.487

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares
30/09/2024

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		2.529	924.194	923.685	346	2.691
Pessoal e Encargos Sociais		299	842.409	842.386	90	231
Outras Despesas Correntes		2.230	81.785	81.299	255	2.461
DESPESAS DE CAPITAL		25.081	68.026	31.120	3.988	57.999
Investimentos		25.081	68.026	31.120	3.988	57.999
TOTAL	17	27.610	992.220	954.805	4.333	60.691

Fonte: Siafi.

Balanco Financeiro*Ingressos*

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	30/09/2024	30/06/2023
Receitas Orçamentárias		4.765.562	4.177.313
Ordinárias		-	-
Vinculadas		4.951.994	4.419.255
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		934.450	824.170
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.016.517	3.594.325
Recursos Não Classificados		1.027	761
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(186.432)	(241.943)
Transferências Financeiras Recebidas	18	42.652.887	40.029.255
Resultantes da Execução Orçamentária		34.771.255	36.690.887
Cota Recebida		11.849.196	12.763.467
Repasse Recebido		11.264.220	12.267.500
Sub-repasse Recebido		11.466.356	11.590.193
Repasse Devolvido		191.478	69.279
Sub-repasse Devolvido		6	448
Independentes da Execução Orçamentária		7.881.632	3.338.368
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.537.316	2.929.621
Demais Transferências Recebidas		4.064.987	116.660
Movimentação de Saldos Patrimoniais		279.329	292.082
Movimentações para Incorporação de Saldos			6
Recebimentos Extraorçamentários		8.007.836	6.344.737
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.075.742	762.068
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		5.381.202	5.530.051
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		50.217	48.212
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.500.676	4.407
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		4.663	4.057
Restituições a Pagar		162	320
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		1	30
Demais Recebimentos		1.495.849	-
Saldo do Exercício Anterior		6.688.460	5.751.586
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.688.460	5.751.586
TOTAL		62.114.745	56.302.891

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

R\$ milhares
30/09/2024

DISPÊNDIOS	NE	30/09/2024	30/09/2023
Despesas Orçamentárias		17.391.570	17.429.729
Ordinárias		10.368.780	8.865.697
Vinculadas		7.022.790	8.564.032
Seguridade Social (Exceto Previdência)		880.197	4.349.768
Previdência Social (RPPS)		2.291.686	-
Dívida Pública		-	549.025
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		1.084.049	989.372
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.766.858	2.675.867
Transferências Financeiras Concedidas	18	31.771.293	28.331.480
Resultantes da Execução Orçamentária		23.043.807	24.017.368
Repasse Concedido		11.271.668	12.314.712
Sub-repasse Concedido		11.466.356	11.598.792
Cota Devolvida		114.300	34.137
Repasse Devolvido		191.478	69.279
Sub-repasse Devolvido		6	448
Independentes da Execução Orçamentária		8.727.486	4.314.112
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.246.886	1.872.281
Demais Transferências Concedidas		2.337.879	78.265
Movimento de Saldos Patrimoniais		4.142.721	2.363.561
Movimentações para Incorporação de Saldos			6
Pagamentos Extraorçamentários		4.348.789	3.803.104
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		954.805	946.517
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.513.961	1.156.749
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		40.843	36.148
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.839.180	1.663.690
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		1.839.155	1.660.391
Valores Compensados		25	7
Demais Pagamentos			3.292
Saldo para o Exercício Seguinte		8.603.093	6.738.577
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.603.093	6.738.577
TOTAL		62.114.745	56.302.891

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	30/09/2024	30/09/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.581.842	1.498.230
INGRESSOS		48.961.384	44.247.614
Receita Tributária		422.528	460.042
Receita de Contribuições		119	100
Receita Patrimonial		2.072.320	1.827.956
Receita de Serviços		54.217	48.218
Remuneração das Disponibilidades		482.359	410.379
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.730.725	1.423.103
Outros Ingressos Operacionais		44.199.116	40.077.816
Ingressos Extraorçamentários		50.217	48.212
Restituições a Pagar		162	320
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		1	30
Transferências Financeiras Recebidas	18	42.652.887	40.029.255
Demais Recebimentos		1.495.849	1.498.230
DESEMBOLSOS		(46.379.542)	(42.749.384)
Pessoal e Demais Despesas		(11.212.554)	(10.603.400)
Legislativo		(126)	-
Judiciário		(91)	(45)
Essencial à Justiça		(8)	(1)
Administração		(109.817)	(95.848)
Segurança Pública	19	(7.384.933)	(6.968.610)
Previdência Social		(3.521.641)	(3.352.273)
Educação		(23)	(370)
Cultura		(1)	-
Direitos da Cidadania		(45.858)	(46.095)
Gestão Ambiental		(252)	(1.042)
Organização Agrária		(14)	(21)
Transporte		(130)	(3)
Encargos Especiais		(154.325)	(143.150)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas—Cartão de Pagamento		4.663	4.057
Transferências Concedidas		(1.515.672)	(2.114.665)
Intergovernamentais		(465.209)	(1.102.400)
A Estados e/ou Distrito Federal		(448.828)	(1.083.260)
A Municípios		(16.381)	(19.140)
Intragovernamentais		(1.026.802)	(1.001.498)
Outras Transferências Concedidas		(23.661)	(10.768)
Outros Desembolsos Operacionais		(33.651.316)	(30.031.319)
Dispêndios Extraorçamentários		(40.843)	(36.148)
Transferências Financeiras Concedidas	18	(31.771.293)	(28.331.480)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(1.839.155)	(1.660.391)
Valores Compensados		(25)	(7)
Demais Pagamentos		-	(3.292)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(667.209)	(511.239)
INGRESSOS		3.293	7.515
Alienação de Bens		3.293	7.515
DESEMBOLSOS		(670.502)	(518.754)
Aquisição de Ativo Não Circulante	20	(656.635)	(477.937)
Outros Desembolsos de Investimentos		(13.867)	(40.817)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.914.634	986.991
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		6.688.460	5.751.586
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		8.603.093	6.738.577

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares
30/09/2024

Especificação	NE	Patrim./ Cap.Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023		-	-	-	6.372	18.631.707	-	-	18.638.080
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	220.491	(11.901)	-	-	208.590
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	447.049	(497.069)	-	-	(50.020)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	3.453.623	-	-	3.453.623
Saldo Final do Exercício 2023		-	-	-	673.912	21.576.361	-	-	22.250.274

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024		-	-	-	673.912	21.576.361	-	-	22.250.274
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	143.979	(414.995)	-	-	(271.015)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	172.676	-	-	-	172.676
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	1.697.326	-	-	1.697.326
Saldo Final do Exercício 2024	21	-	-	-	990.568	22.858.693	-	-	23.849.260

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

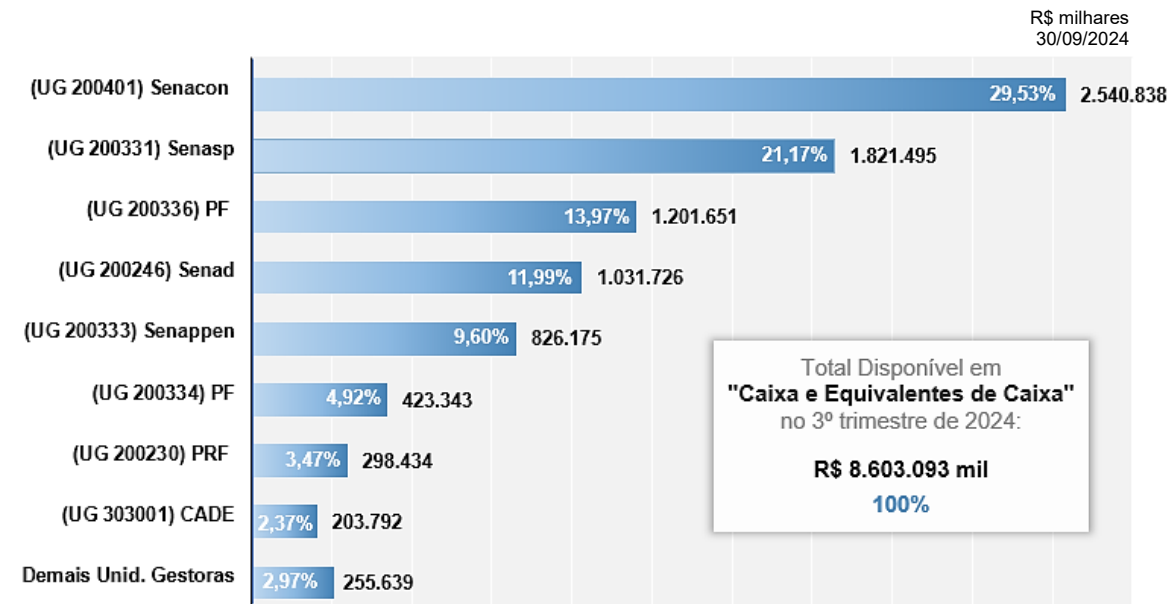
No final do terceiro trimestre de 2024, os recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” representaram R\$ 8.603.093 mil (56,46%) do total do Ativo Circulante, sendo R\$ 8.347.455 mil (97,03%) do referido montante assim distribuídos entre as nove (8) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 2.540.838 mil (29,53%) na UG 200401 do Senacon;
- b) R\$ 1.821.495 mil (21,17%) na UG 200331 da Senasp;
- c) R\$ 1.201.651 mil (13,97%) na UG 200336 da PF;
- d) R\$ 1.031.726 mil (11,99%) na UG 200246 da Senad;
- e) R\$ 826.175 mil (9,60%) na UG 200333 da Senappen;
- f) R\$ 423.343 mil (4,92%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 298.434 mil (3,47%) na UG 200230 da PRF; e
- h) R\$ 203.792 mil (2,37%) na UG 303001 do CADE.

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 3º trimestre de 2024, as quais somaram 86 unidades distintas, englobaram R\$ 255.639 mil (2,97%) do total dos recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Cumprе destacar que a representatividade de 9,60% do Senappen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

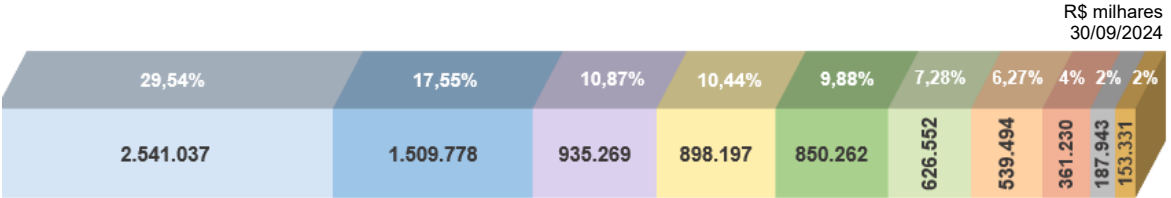
Em setembro de 2024, 98,22% (R\$ 8.449.763 mil) dos recursos financeiros disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

- a) R\$ 2.541.037 (29,54%) em repar. danos a interesses difusos e coletivos;
- b) R\$ 1.509.778 mil (17,55%) em recursos próprios livres na unidade orçamentária;
- c) R\$ 935.269 (10,87%) em recursos livres na unidade orçamentária (sup. vinc. amort. pgto. div.);
- d) R\$ 898.197 (10,44%) no no Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapol;

- e) R\$ 850.262 mil (9,88%) em transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP;
- f) R\$ 626.552 mil (7,28%) em recursos livres da União;
- g) R\$ 539.494 mil (6,27%) em recursos livres da unidade orçamentária;
- h) R\$ 361.230 mil (4,20%) em recursos da unidade orçamentária aplicados na seguridade social; e
- i) R\$ 187.943 mil (2,18%) em benefícios do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da União.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a R\$ 153.331 mil (1,78%) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 10 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Fonte: Siafi.

Legenda:

- Repar. Danos a Interesses Difusos e Coletivos
- Recursos Próprios Livres da Unidade Orçamentária
- Recursos Livres Unidade Orçamentária (Sup. Vinc. Amort. Pgto. Div.)
- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapol
- Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
- Recursos Livres da União
- Recursos Livres da Unidade Orçamentária
- Recursos da Unidade Orçamentária Aplicados na Seguridade Social
- Benefícios do RPPS da União
- Demais Fontes de Recursos (10 fontes distintas)

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. No terceiro trimestre de 2024, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 1.914.634 mil, sendo R\$ 2.581.824 mil (134,85%) impactado pelas atividades operacionais e R\$ -667.209 mil (-34,85%) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as "Transferências Financeiras Recebidas" que, conforme pode-se observar na DFC, em setembro de 2024, representaram R\$ 42.652.887 mil (87,12%) do total dos ingressos das atividades operacionais. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, R\$ -31.771.293 mil (68,50%) foram decorrentes de "Transferências Financeiras Concedidas"; e, R\$ -7.384.933 mil (15,92%) foram referentes a "Pessoal e Demais Despesas". As transferências financeiras recebidas e concedidas foram detalhadas na nota explicativa 18 - "Transferências Intragovernamentais". O dispêndio mais representativo de "Pessoal e Demais Despesas" foi detalhado na nota explicativa 19 - "Segurança Pública".

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que R\$ -656.635 mil (98,42%) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número 20.

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 1.914.634 mil, no terceiro trimestre de 2024 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 01 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

R\$ milhares

Descrição	30/09/2024	30/09/2023	2024-2023	AV% (2024)	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2.581.842	1.498.230	1.083.612	134,85	72,33
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(667.209)	(511.239)	(155.970)	(34,85)	30,51
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.914.634	986.991	927.643	100,00	93,99

Fonte: Siafi.

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo – BP

Os "Créditos a Curto Prazo", no terceiro trimestre de 2024, de R\$ 6.479.146 mil, corresponderam aos registros na conta contábil "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", consolidados no balanço patrimonial. Foram provenientes, sobretudo do CADE, totalizando R\$ 5.688.959 mil (87,80%), sendo que as multas aplicadas por condutas de infração à ordem econômica, representaram R\$ 5.683.404 mil, ou seja, (99,90%) do total dos registros do CADE, conforme apresentado na "Tabela 02" e "Figura 03".

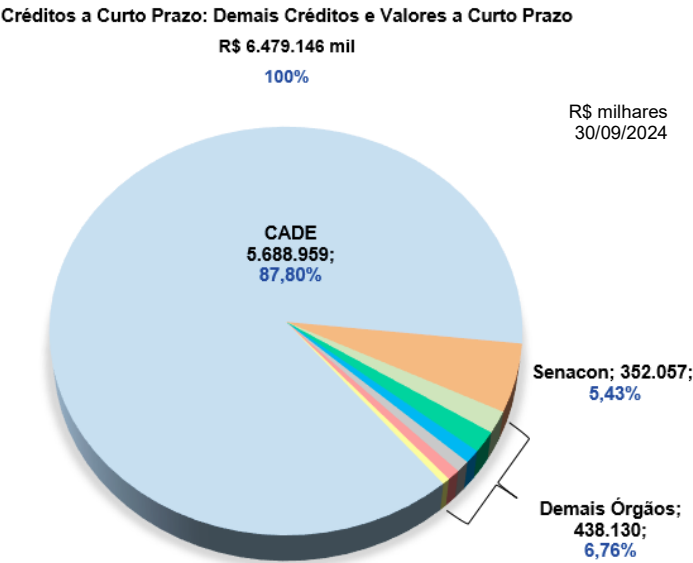
Tabela 02 – Créditos a Curto Prazo – composição por órgão

R\$ milhares

Créditos a Curto Prazo	30/09/2024	31/12/2023	AV %	AH%
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	5.688.959	4.026.283	87,80	41,30
Secretaria Nacional do Consumidor	352.057	369.853	5,43	(4,81)
Polícia Rodoviária Federal	114.455	469.311	1,77	(75,61)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	109.155	171.275	1,68	(36,27)
Secretaria Nacional Antidrogas	67.367	78.703	1,04	(14,40)
Polícia Federal	59.033	52.628	0,91	12,17
Secretaria Nacional de Segurança Pública	55.537	49.280	0,86	12,70
Ministério da Justiça e Segurança Pública	32.584	44.339	0,50	(26,51)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	-	16	0,00	(100)
Total	6.479.146	5.261.687	100,00	23,14

Fonte: Siafi.

Figura 03– Créditos a Curto Prazo – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP

No final do terceiro trimestre de 2024, os “Créditos a Longo Prazo” representaram R\$ 3.248.960 mil, ou seja, (100%) do “Ativo Realizável a Longo Prazo” e (26,75%) do total do “Ativo não Circulante”, assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

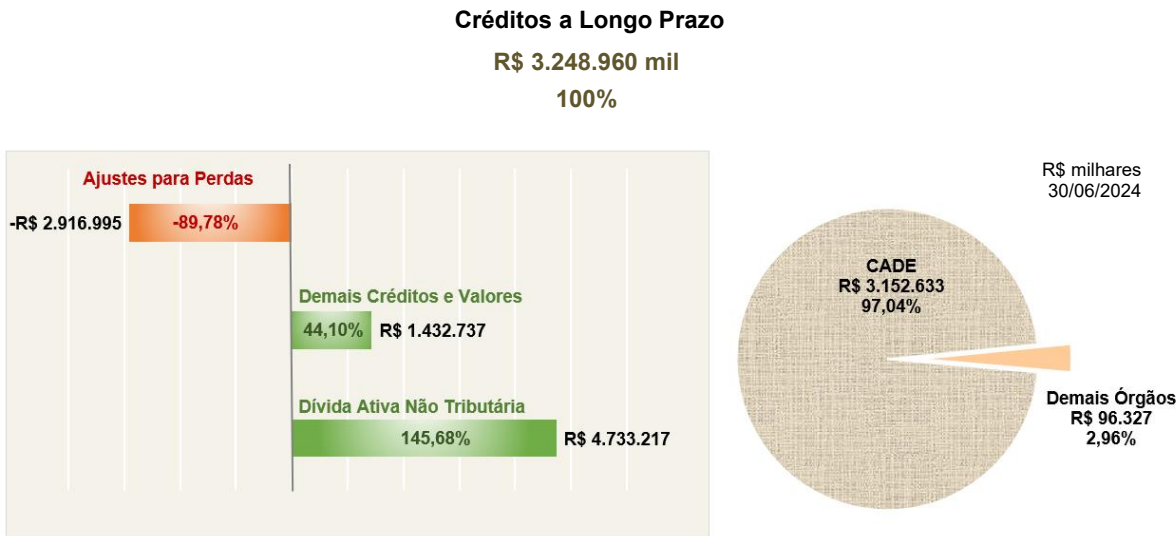
- a) R\$ 3.152.633 mil (97,04%) no CADE;
- b) R\$ 66.373 mil (2,04%) no MJSP;
- c) R\$ 26.740 mil (0,82%) na Senasp; e
- d) R\$ 3.215 mil (0,10%) nos demais órgãos, cujas representações podem ser observadas na “Tabela 03”.

Tabela 03 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

R\$ milhares				
Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	30/09/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Dívida Ativa não Tributária	4.733.217	4.714.600	145,68	0,39
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.733.217	4.714.600	145,68	0,39
Ajustes para Perdas de Dívida Ativa não Tributária	(2.916.995)	(2.916.995)	(89,78)	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(2.916.995)	(2.916.995)	(89,78)	0,00
Demais Créditos e Valores	1.432.737	1.440.058	44,10	(0,51)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.336.410	1.340.100	41,13	(0,28)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	66.373	48.617	2,04	36,52
Secretaria Nacional de Segurança Pública	26.740	45.687	0,82	(41,47)
Secretaria Nacional do Consumidor	1.507	1.507	0,05	0,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	948	948	0,03	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	644	644	0,02	0,00
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Polícia Federal	49	2.489	0,00	(98,02)
Total de Créditos a Longo Prazo	3.248.960	3.237.663	100,00	0,35

Fonte: Siafi.

Figura 04 – Créditos a Longo Prazo – composição por grupo de contas



Fonte: Siafi.

Dívida Ativa não Tributária

A “Dívida Ativa não Tributária”, decorrente dos demais créditos da Fazenda Pública, de contratos em geral ou de outras obrigações legais, foi composta em R\$ 4.733.217 mil (100%) pelo CADE, no terceiro trimestre de 2024, cujo saldo foi impactado em R\$ 1.859.198 mil (39,28%) pelas seguintes empresas:

- a) Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda.- R\$ 860.574 mil (18,18%);
- b) Rumo S.A.- R\$ 314.366 mil (6,64%);
- c) Gerdau S.A. - R\$ 259.799 mil (5,49%)
- d) Mann+Hummel Brasil Ltda. – R\$ 158.054 mil (3,34%)
- e) Varig Logística S.A (falida) – R\$ 151.883 mil (3,21%)
- f) ERJ Administração e Restaurantes de Empresas Ltda. – R\$ 114.573 mil (2,42%)

A composição do saldo restante de “Dívida Ativa não Tributária” foi proveniente de 1.131 registros contábeis distintos do CADE, os quais somaram R\$ 2.874.019 mil (60,72%) da referida rubrica.

Demais Créditos e Valores

Os “Demais Créditos e Valores” representaram R\$ 1.432.737 mil (44,10%) dos “Créditos a Longo Prazo”, no terceiro trimestre de 2024, sendo R\$ 1.336.410 mil (93,28%) do referido montante registrados no CADE, decorrentes de multas aplicadas por condutas de infrações à ordem econômica; sobretudo nas seguintes empresas, as quais somaram R\$ 1.077.178 mil:

- a) CNO S.A., com R\$ 529.488 mil (49,16%);
- b) Construtora Coesa S.A. – em recuperação judicial, com R\$ 284.581 mil (26,42%); e
- c) Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., com R\$ 263.109 mil (24,43%).

Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo – CADE

Com relação aos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo, o montante total registrado no Balanço Patrimonial, de R\$ -2.916.995 mil, foi decorrente do CADE, cuja metodologia de contabilização, em observância à Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, descrevemos a seguir:

(...)

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

(...)

Transformando esses dados em números temos:

- Perdas Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;
- Perda Estimada = R\$ 4.696.341.016,02 – (0,37887927 x 4.696.341.016,02);
- Perda Estimada = R\$ 4.696.341.016,02 – 1.779.346.260,19;

Perda estimada = 2.916.994.755,84

Baseando-se no item 6.3 da macrofunção, onde diz: “Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima.”, utilizou-se uma variação da fórmula apresentada onde foi considerado os últimos quatro anos para o cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa.

Os dados extraídos do Tesouro Gerencial consideraram todo movimento credor da conta, conforme mostra tabela a seguir:

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

· ***Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12***

- Média mensal de recebimentos 2019 = 381.270.413,94 / 12 = **R\$ 31.722.534,50**
- Média mensal de recebimentos 2020 = 25.374.225,67 / 12 = **R\$ 2.114.518,81**
- Média mensal de recebimentos 2021 = 48.026.393,19 / 12 = **R\$ 4.002.199,43**
- Média mensal de recebimentos 2022 = 80.438.267,49 / 12 = **R\$ 6.703.188,96**
- Média mensal de recebimentos 2023 = 39.556.310,06 / 12 = **R\$ 3.296.359,17**

· ***Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12***

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2019 = $239.894.308,93/12 =$
R\$ 19.991.192,41

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2020 = $312.622.303,46/12 =$
R\$ 26.051.858,62

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2021 = $737.742.339,29/12 =$
R\$ 61.478.528,27

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2022 = $679.161.830,58 =$
R\$ 56.596.819,22

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2023 = $979.910.487,30 =$
R\$ 81.659.207,28

· **Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1**

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = $31.722.534,50 / 19.991.192,41 =$ **1,58932663**

· **Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2**

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = $2.114.518,81 / 26.051.858,62 =$ **0,08116576**

· **Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3**

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = $4.002.199,43 / 61.478.528,27 =$ **0,06509914**

· **Quociente de recebimento para o exercício x4 = Média mensal de recebimentos do exercício x4 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x4**

- Quociente de recebimento para o exercício 2022 = $6.703.188,96 / 56.596.819,22 =$ **0,11843756**

· **Quociente de recebimento para o exercício x5 = Média mensal de recebimentos do exercício x5 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x5**

- Quociente de recebimento para o exercício 2023 = $3.296.359,17 / 81.659.207,28 =$ **0,04036727**

· **(Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3 + Quociente de recebimento para o exercício x4 + Quociente de recebimento para o exercício x5) / 5**

- Quociente médio de recebimento = $(1,58932663 + 0,08116576 + 0,06509914 + 0,11843756 + 0,04036727) / 5$

- Quociente médio de recebimento = **0,37887927**

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estimada é o **0,37887927**.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 2.916.994.755,83** (dois bilhões, novecentos e dezesseis milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos) de Perda Estimada, o que representa 62,11% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em 2022 o valor contabilizado era de R\$ 2.015.059.627,51. Em 29/12/2023 realizou-se contabilização de R\$ 901.935.128,33 como valor complementar de ajuste para Perdas de Dívida Ativa. O valor total da conta é de R\$ 2.916.994.755,83.

Nota 04 – Ativo Imobilizado – BP

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) – bens móveis e imóveis – destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No terceiro trimestre de 2024, o MJSP registrou o valor contábil líquido de R\$ 8.515.277 mil de bens móveis e imóveis, sendo R\$ 4.197.465 mil (49,29%) de bens móveis e R\$ 4.317.812 mil (50,71%) de bens

imóveis, conforme demonstrado na “Tabela 04”.

Tabela 04 – Ativo Imobilizado – composição

R\$ milhares				
Imobilizado	30/09/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Bens Móveis	4.197.465	3.813.402	49,29	10,07
Bens Móveis	5.722.806	5.200.954	67,21	10,03
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.525.340)	(1.387.552)	(17,91)	9,93
Bens Imóveis	4.317.812	4.091.359	50,71	5,53
Bens Imóveis	4.326.401	4.096.438	50,81	5,61
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(8.589)	(5.079)	(0,10)	69,11
Total Imobilizado	8.515.277	7.904.761	100	7,72

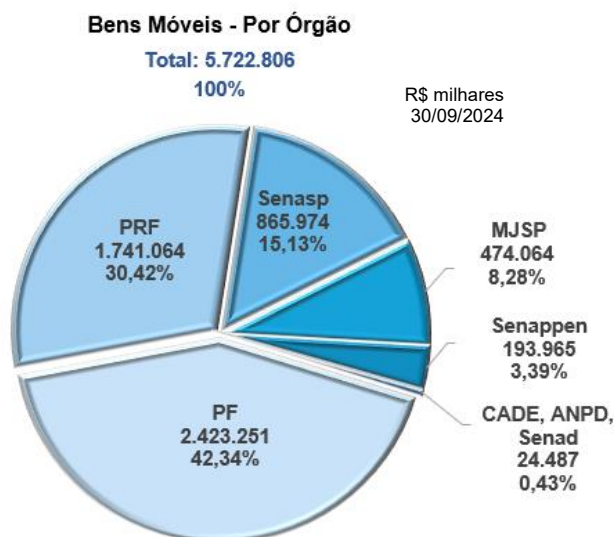
Fonte: Siafi.

Imobilizado: Bens Móveis

No final do terceiro trimestre de 2024, os bens móveis totalizaram R\$ 5.722.806 mil, assim registrados no MJSP:

- a) R\$ 2.423.251 mil (42,34%) na PF;
- b) R\$ 1.741.064 mil (30,42%) na PRF;
- c) R\$ 865.974 mil (15,13%) na Senasp;
- d) R\$ 474.064 mil (8,28%) no MJSP;
- e) R\$ 193.965 mil (3,39%) no Senappen;
- f) R\$ 22.449 mil (0,39%) no CADE;
- g) R\$ 1.593 mil (0,03%) na ANPD; e
- h) R\$ 445 mil (0,01%) na Senad.

Figura 05 – Bens Móveis – composição por órgão



Fonte: Siafi.

Conforme destacado na “Tabela 05”, “Veículos” representaram R\$ 2.432.085mil (57,94%) do total dos registros de bens móveis.

Tabela 05 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

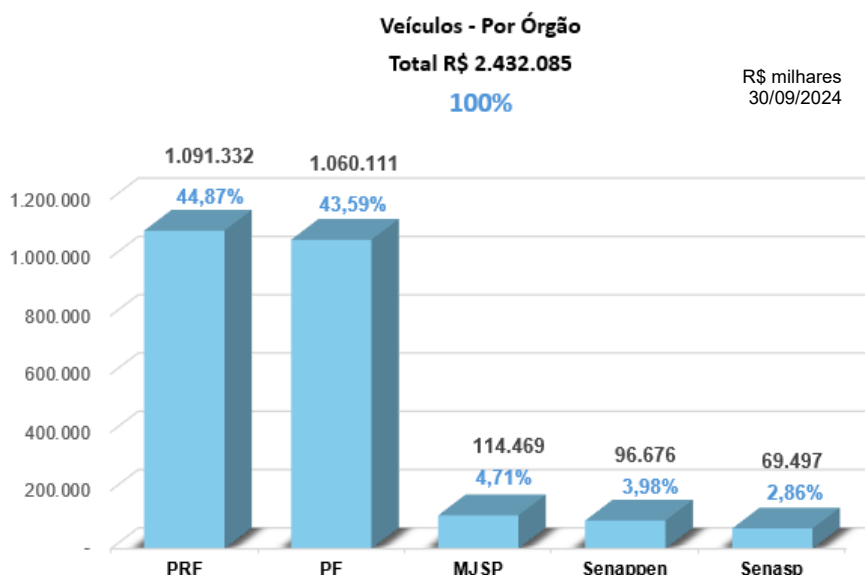
R\$ milhares				
Descrição	30/09/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Veículos	2.432.085	2.118.098	57,94	14,82
Bens Móveis em Almoxarifado	892.190	611.296	21,26	45,95

Bens de Informática	866.731	860.176	20,65	0,76
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	813.033	827.163	19,37	(1,71)
Móveis e Utensílios	209.608	211.891	4,99	(1,08)
Armamentos	182.427	182.930	4,35	(0,27)
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	121.147	123.212	2,89	(1,68)
Bens Móveis em Andamento	119.000	202.056	2,84	(41,11)
Demais Bens Móveis	84.679	62.371	2,02	35,77
Semoventes	1.905	1.761	0,05	8,17
Subtotal	5.722.806	5.200.954	136,34	10,03
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.525.340)	(1.387.552)	(36,34)	9,93
Total Líquido	4.197.465	3.813.402	100,00	10,07

Fonte: Siafi.

Na “Figura 06”, no terceiro trimestre de 2024, a rubrica “Veículos” foi composta sobretudo pelos registros da PRF e da PF, cujos órgãos somaram R\$ 2.151.443 mil (88,46%) de representação, sendo R\$ 1.091.332 mil (44,87%) da PRF e R\$ 1.060.111 mil (43,59%) da PF. Tais bens são utilizados prioritariamente para as atividades inerentes à função policial.

Figura 06 – Veículos – por órgão

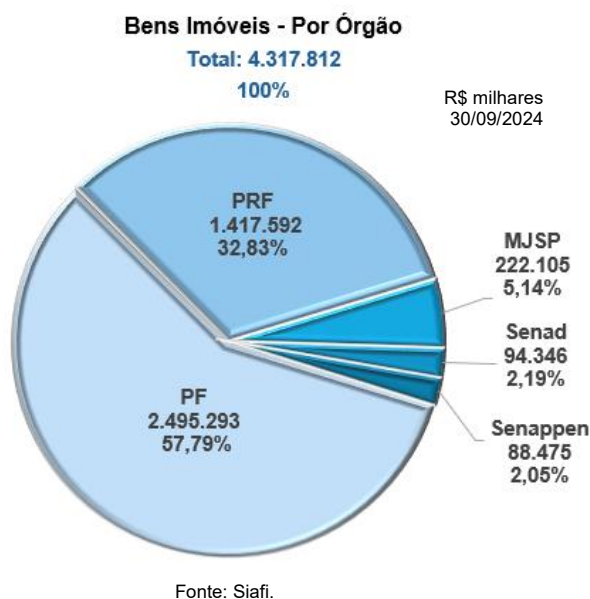


Fonte: Siafi.

Ativo Imobilizado: Bens Imóveis

O saldo líquido de “Bens Imóveis” do MJSP, ou seja, após depreciações, amortizações e reavaliações, totalizaram R\$ 4.317.812 mil, no terceiro trimestre de 2024, representando (50,71%) do total do Ativo Imobilizado. A PF e a PRF representaram R\$ 3.912.886 mil (90,62%) do referido montante, sendo R\$ 2.495.293 mil (57,79%) da PF e R\$ 1.417.592 mil (32,83%) da PRF. Os demais órgãos somaram R\$ 404.926 mil (9,38%) do total dos bens imóveis, conforme demonstrado na “Figura 07”.

Figura 07 – Bens Imóveis – por órgão



Os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União)” do MJSP, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a R\$ 3.746.923 mil (86,78%) do total dos bens imóveis no terceiro trimestre de 2024, conforme demonstrado na “Tabela 06”.

As rubricas “Edifícios” e “Terrenos e Glebas” representaram, respectivamente, R\$ 1.629.960 mil (43,50%) e R\$ 918.883 mil (24,52%); totalizando, assim, R\$ 2.548.844 mil (68,02%) do total de “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”. A PF registrou R\$ 1.216.052 mil em “Edifícios, representando (74,61%) do total dos registros na referida rubrica, conforme demonstrado na “Tabela 07”.

Por fim, ressalta-se que os “Bens de uso especial não registrados no SPIUnet”, ou seja, sobre os quais os registros constam apenas no Siafi, representaram R\$ 8.204 mil (0,19%) do total dos bens imóveis.

Tabela 06 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

	R\$ milhares			
Descrição	30/09/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	3.746.923	3.512.420	86,78	6,68
Bens Imóveis em Andamento	490.263	500.521	11,35	(2,05)
Instalações	52.805	49.550	1,22	6,57
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	14.963	13.456	0,35	11,20
Bens Dominicais Não Registrados no Siapa	12.543	12.543	0,29	-
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	8.204	7.926	0,19	3,50
Demais Bens Imóveis	700	22	0,02	3.081,82
Subtotal – saldo bruto	4.326.401	4.096.438	100,20	5,61
Amortização Acumulada - bens imóveis	(1.019)	(465)	(0,02)	118,88
Depreciação Acumulada - bens imóveis	(7.570)	(4.613)	(0,18)	64,09
Total líquido	4.317.812	4.091.359	100,00	5,53

Fonte: Siafi.

Tabela 07 - Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet – por tipo

	R\$ milhares			
BENS DE USO ESPECIAL	30/09/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Edifícios	1.629.960	1.439.862	43,50	13,20
Polícia Federal	1.216.052	1.060.435	32,45	14,67
Polícia Rodoviária Federal	264.707	230.226	7,06	14,98

Ministério da Justiça e Segurança Pública	148.107	148.107	3,95	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	776	776	0,02	0,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	319	319	0,01	0,00
Terrenos/Glebas	918.883	991.633	24,52	(7,34)
Polícia Federal	515.939	611.666	13,77	(15,65)
Polícia Rodoviária Federal	277.891	273.897	7,42	1,46
Ministério da Justiça e Segurança Pública	58.680	58.680	1,57	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	55.479	36.496	1,48	52,01
Secretaria Nacional de Políticas Penais	10.894	10.894	0,29	0,00
Postos de fiscalização	428.383	343.485	11,43	24,72
Polícia Rodoviária Federal	347.848	262.033	9,28	32,75
Polícia Federal	80.535	81.452	2,15	(1,13)
Presídios / Delegacias	389.272	368.031	10,39	5,77
Polícia Federal	268.729	262.679	7,17	2,30
Secretaria Nacional de Políticas Penais	69.321	61.619	1,85	12,50
Polícia Rodoviária Federal	51.222	43.734	1,37	17,12
Complexos / Fábricas / Usinas	139.716	128.644	3,73	8,61
Polícia Federal	128.644	128.644	3,43	0,00
Polícia Rodoviária Federal	11.072	-	0,30	-
Armazéns / Galpões	115.488	115.445	3,08	0,04
Polícia Federal	91.369	91.369	2,44	0,00
Polícia Rodoviária Federal	22.871	22.871	0,61	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	1.248	1.204	0,03	3,59
Imóveis Residenciais / Comerciais	66.994	53.992	1,79	24,08
Secretaria Nacional Antidrogas	25.973	20.954	0,69	23,96
Polícia Rodoviária Federal	24.689	17.238	0,66	43,23
Polícia Federal	16.331	15.800	0,44	3,36
Alfândegas	20.910	20.910	0,56	0,00
Polícia Rodoviária Federal	20.669	20.669	0,55	0,00
Polícia Federal	241	241	0,01	0,00
Fazendas, Parques e Reservas	10.880	24.080	0,29	(54,82)
Secretaria Nacional Antidrogas	10.880	24.080	0,29	(54,82)
Salas	10.510	10.510	0,28	0,00
Polícia Federal	9.426	9.426	0,25	0,00
Polícia Rodoviária Federal	979	979	0,03	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	105	105	0,00	0,00
Lojas	7.719	7.719	0,21	0,00
Polícia Federal	7.719	7.719	0,21	0,00
Autarquias/Fundações	6.448	6.348	0,17	1,57
Polícia Federal	6.348	6.348	0,17	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	100	-	0,00	-
Faróis	758	758	0,02	0,00
Polícia Federal	758	758	0,02	0,00
Outros Bens Imóveis Registrados no Spiunet	702	702	0,02	0,00
Polícia Rodoviária Federal	702	702	0,02	0,00
Estacionamentos e Garagens	300	300	0,01	0,00
Polícia Federal	300	300	0,01	0,00
Total Geral	3.746.923	3.512.420	100,00	6,68

Fonte: Siafi.

Registros de Bens Imóveis no SPIUnet

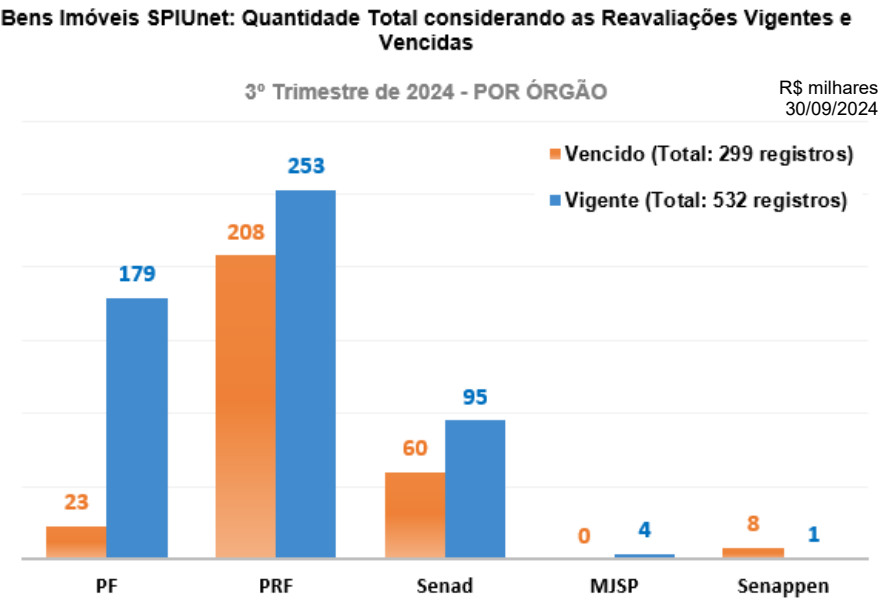
O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUNET - é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como uso especial quanto à sua destinação no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Neste sistema, cada imóvel possui um Registro Imobiliário Patrimonial – RIP – que é um número de identificação do bem, sob o qual são registradas todas as informações referentes ao imóvel e a sua utilização/destinação. As atualizações desses registros devem ser periódicas, uma vez que tais informações possuem prazo de validade quanto aos seus cadastros. Diante disso, existem dados com prazos

de validade “vigentes” e “vencidos” neste sistema, as quais foram apresentadas neste tópico, para fins de esclarecimentos adicionais à rubrica contábil de “Bens Imóveis”.

Quanto à quantidade de bens cadastrados, conforme o panorama atual dos referidos registros, detalhados por órgão vinculado ao MJSP, o qual pode ser observado na “Figura 08”, o SPIUnet apresentou 831 registros, no terceiro trimestre de 2024, sendo 461 (55,48%) registros na PRF, dos quais 208 (45,12%) encontram-se vencidos.

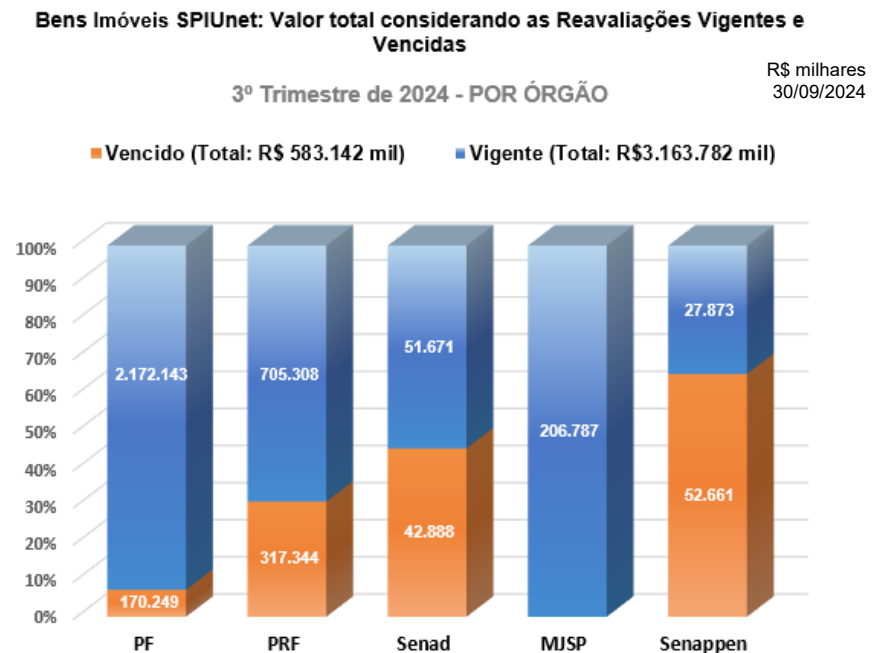
Com relação ao montante monetário, existem atualmente R\$ 3.746.923 mil em registros de bens imóveis no referido sistema, sendo que R\$ 583.142 mil (15,56%) se encontram “vencidos”, ou seja, com seus respectivos dados cadastrais pendentes de atualização, conforme pode-se verificar na “Figura 09”.

Figura 08 – Quantidade dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: Siafi/SPIUnet.

Figura 09 – Valores (R\$ mil) dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: Siafi/SPIUnet.

Nota 05 – Ativo Intangível – BP

No terceiro trimestre de 2024, os registros de ativos intangíveis evidenciados no Balanço Patrimonial totalizaram R\$ 381.280 mil. Os órgãos vinculados PF e MSJP integraram R\$ 334.121 mil (87,63%) desse montante; sendo R\$ 217.886 mil (57,15%) na PF e R\$ 116.235 mil (30,49%) no MJSP. Conforme pode-se observar na “Tabela 08” abaixo, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram registros de amortizações dos referidos ativos.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações. No entanto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentaram considerações quanto à utilização do referido sistema.

Tabela 08 – Ativo Intangível

R\$ milhares
30/09/2024

Nome da Conta	Nome do Órgão	30/09/2024	31/12/2023	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	90.626	93.163	23,77	(2,72)
	Polícia Federal	39.015	54.825	10,23	(28,84)
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	9.897	9.887	2,60	0,10
	Polícia Rodoviária Federal	2.134	2.129	0,56	0,23
	Secretaria Nacional de Políticas Penais	1.510	1.510	0,40	0,00
	Secretaria Nacional de Segurança Pública.	709,53	709,53	0,19	0,00
	Total	143.891	162.223	37,74	(11,30)
Softwares com vida útil definida - em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	19.652	11.851	5,15	65,82
	Total	19.652	11.851	5,15	65,82
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	25.609	22.273	6,72	14,98
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	141.817	160.032	37,20	(11,38)
	Polícia Rodoviária Federal	6.123	6.123	1,61	0,00
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	22.364	22.364	5,87	0,00
	Secretaria Nacional de Segurança Pública.	10	10	0,00	0,00
	Secretaria Nacional de Políticas Penais	5.979	5.979	1,57	0,00
	Total	201.903	216.782	52,95	(6,86)
Softwares com vida útil indefinida - em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	55.652	52.746	14,60	5,51
	Total	55.652	52.746	14,60	5,51
Softwares não localizados	Polícia Federal	0	11	0,00	(100,00)
	Total	0	11	0,00	(100,00)
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.567)	(1.503)	(0,41)	4,29
	Polícia Federal	(38.251)	(52.287)	(10,03)	(26,85)
	Total	(39.818)	(53.790)	(10,44)	(25,98)
Total do Ativo Não Circulante - Intangível		381.280	389.812	100,00	(2,19)

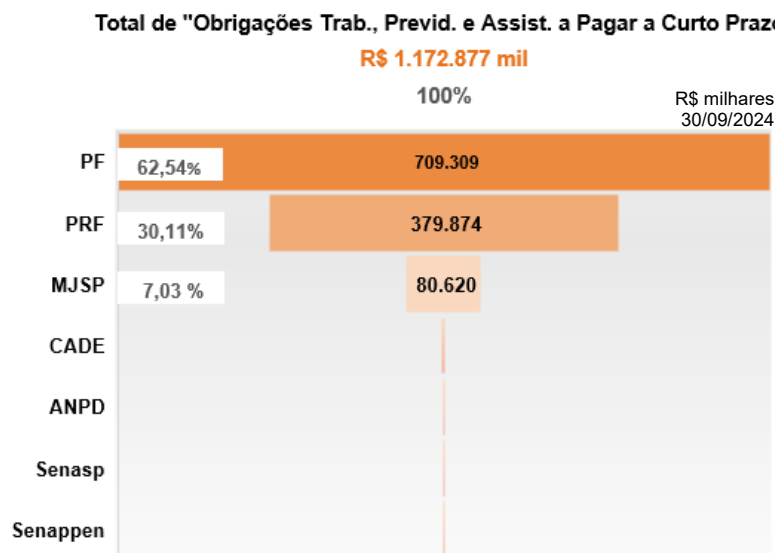
Fonte: Siafi.

Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP

No terceiro trimestre de 2024 foram contabilizados R\$ 1.172.878 mil em “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, as quais representaram (33,20%) do Passivo Exigível. Tais obrigações são constituídas por salários, remunerações, férias, benefícios assistenciais e previdenciários a pagar, dentre outros.

Na “Figura 10”, destaca-se a representatividade da PF e a PRF, sendo R\$ 709.309 mil (60,48%) na PF e R\$ 379.874 mil (32,39%) na PRF. Ambos os órgãos somaram 1.089.183 mil (92,86%) do total do referido grupo de contas.

Figura 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – por órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

R\$ milhares

Descrição	30/09/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Polícia Federal	709.309	564.918	60,48	25,56
Polícia Rodoviária Federal	379.874	299.426	32,39	26,87
Ministério da Justiça e Segurança Pública	80.620	87.979	6,87	(8,36)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.636	2.209	0,22	19,34
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	408	272	0,03	50,27
Secretaria Nacional de Segurança Pública	27	-	0,00	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	3	3	0,00	(2,78)
Total Geral	1.172.877	954.807	100,00	22,84

Fonte: Siafi.

Conforme detalhado na “Tabela 10”, a rubrica “Pessoal a Pagar” representou R\$ 1.156.065 mil (98,57%) do total das “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”. Deste montante, R\$ 702.150 mil (60,74%) foram registrados na Polícia Federal e R\$ 375.108 mil (32,45%), na Polícia Rodoviária Federal. Ambos os órgãos totalizaram R\$ 1.077.257 mil (93,18%) de “Pessoal a Pagar”.

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

R\$ milhares

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo	30/09/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Pessoal a Pagar	1.156.065	944.518	98,57	22,40
Entidades de Previdência Privada e Complementar	4.538	4.361	0,39	4,05
PSSS – Contribuição S/ Vencimentos e Vantagens	4.668	-	0,40	-
Benefícios Previdenciários	3.901	3.192	0,33	22,19
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.534	2.494	0,30	41,73
INSS a Pagar	171	241	0,01	(29,13)
Total Geral	1.172.877	954.807	100,00	22,84

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo – BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo", no terceiro trimestre de 2024, consolidadas em R\$ 460.930 mil no balanço patrimonial, conforme apresentado na "Tabela XX" e "Figura XX", representaram 13,05% do total do Passivo Exigível, assim registradas nos órgãos do MJSP:

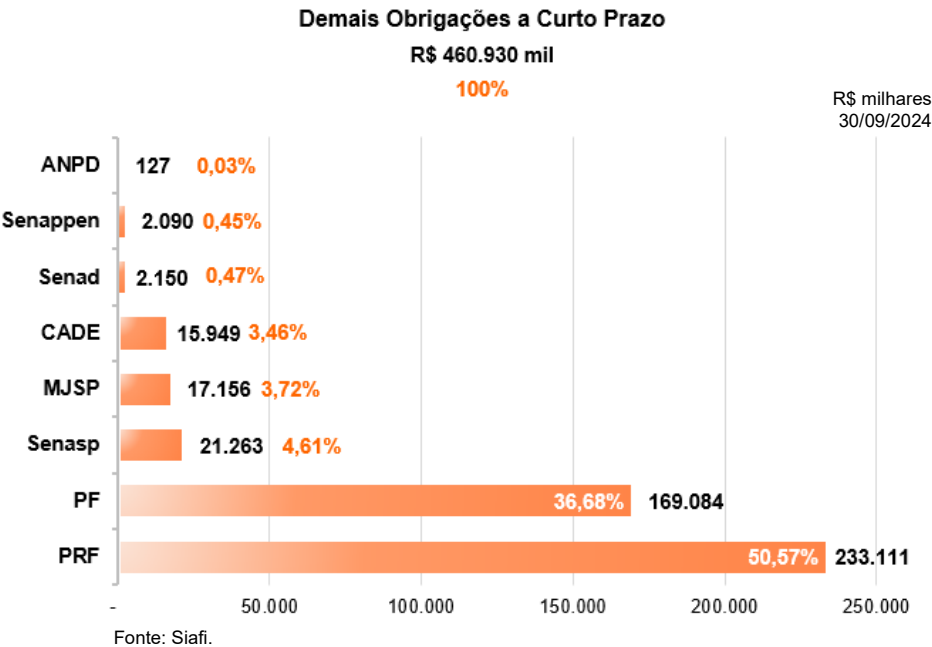
- a) R\$ 233.111 mil (50,57%) na PRF;
- b) R\$ 169.084 mil (36,68%) na PF;
- c) R\$ 21.263 mil (4,61%) no Senasp;
- d) R\$ 17.156 mil (3,72%) no MJSP;
- e) R\$ 15.949 mil (3,46%) no CADE;
- f) R\$ 4.367 mil (0,95%) nos demais órgãos.

Tabela 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – composição por órgão

R\$ milhares				
ÓRGÃO	30/09/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Polícia Rodoviária Federal	233.111	195.444	50,57	19,27
Polícia Federal	169.084	71.875	36,68	135,25
Secretaria Nacional de Segurança Pública	21.263	23.894	4,61	(11,01)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	17.156	14.697	3,72	16,73
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	15.949	14.105	3,46	13,07
Secretaria Nacional Antidrogas	2.150	0	0,47	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	2.090	578	0,45	261,41
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	127	12	0,03	982,17
Total Geral	460.930	320.605	100,00	43,77

Fonte: Siafi.

Figura 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão



Com referência a composição por grupo de contas, no terceiro trimestre de 2024, R\$ 447.723 mil (97,13%) das "Demais Obrigações a Curto Prazo", conforme apresentado na "Tabela 12", foram correspondentes às seguintes contabilizações:

- a) Consignações: R\$ 246.903 mil (53,57%); sendo R\$ 156.023 mil da PF e R\$ 67.548 mil da PRF, cujos órgãos somaram R\$ 223.570 mil (90,55%) do total dos registros em "Consignações", destinadas ao pagamento de impostos, previdência, sindicatos/ associações/ cooperativas, empréstimos e financiamentos, serviços de processamento de dados, depósitos retidos de fornecedores e outros consignatários.

- b) Transferências Financeiras a Comprovar - TED: R\$ 130.049 mil (28,21%); sendo 93.833 mil (72,15%) do total dos registros registrados na PRF.
- c) Depósitos não Judiciais: R\$ 70.771 mil (15,35%); sendo R\$ 69.798 mil (98,62%) da PRF.

Tabela 12 – Demais Obrigações a Curto Prazo – composição por grupo de contas

R\$ milhares

Grupo de Contas	30/09/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Consignações	246.903	137.875	53,57	79
Transferências Financeiras a Comprovar - Ted	130.049	117.384	28,21	11
Depósitos Não Judiciais	70.771	61.154	15,35	16
Diárias a Pagar	4.979	728	1,08	584
Valores em Trânsito Exigíveis	4.751	359	1,03	1.224
Obrigações Junto a Entidades Federais - Intra	1.671	1.139	0,36	47
Indenizações, Restituições e Compensações	925	547	0,20	69
Obrigações com Entidades Federais - Consolid.	374	654	0,08	(43)
Obrigações com Entidades Estaduais	252	505	0,05	(50)
Incentivos a Educação, Cultura e Outros	127	166	0,03	(23)
Depósitos Judiciais	122	92	0,03	32
Serviços Eventuais - Pessoal Técnico	5	0	0,00	1.110
Total Geral	460.929	320.604	100,00	44

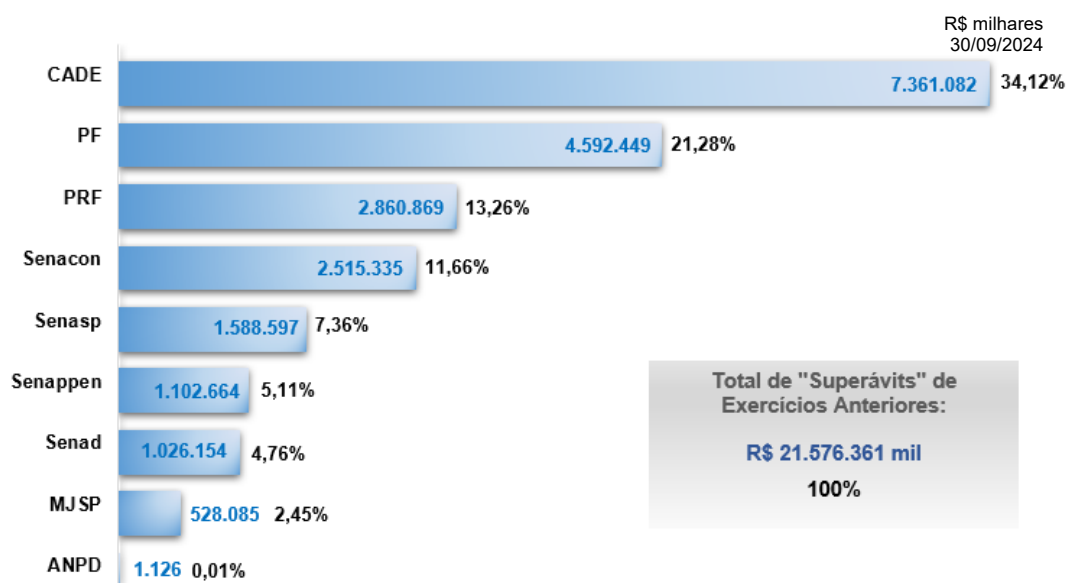
Fonte: Siafi.

Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP

No terceiro trimestre de 2024, os “Resultados de Exercícios Anteriores” totalizaram R\$ 21.576.361 mil; sendo, R\$ 17.329.735 mil (80,31%), provenientes dos seguintes resultados superavitários por órgão:

- a) R\$ 7.361.082 mil (34,12%) no CADE;
- b) R\$ 4.592.449 mil (21,28%) na PF;
- c) R\$ 2.860.869 mil (13,26%) na PRF, e
- d) R\$ 2.515.335 mil (11,66%) na Senacon.

Os demais órgãos subordinados ao MJSP representaram R\$ 4.246.626 mil (19,68%) dos “Resultados de Exercícios Anteriores” no terceiro trimestre de 2024, cuja distribuição pode ser observada a seguir na “Figura 12”.

Figura 12 - Composição de Superávits de Exercícios Anteriores - por órgão

Fonte: Siafi.

Com relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, na análise vertical do Balanço Patrimonial, o saldo de "Resultado de Exercícios Anteriores" representou R\$ 21.576.361 mil (78,80%), correspondente a superávits/déficits provenientes de exercícios anteriores, cuja composição por órgão vinculado ao MJSP pode-se observar a seguir na "Tabela 13".

Tabela 13 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

Resultado de Exercícios Anteriores	30/09/2024	31/12/2023	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.361.108	5.386.418	34,12	36,66
Polícia Federal	4.590.042	4.558.665	21,27	0,69
Polícia Rodoviária Federal	2.860.869	2.406.977	13,26	18,86
Secretaria Nacional do Consumidor	2.515.335	1.918.728	11,66	31,09
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.588.597	1.331.667	7,36	19,29
Secretaria Nacional de Políticas Penais	1.102.664	1.221.078	5,11	(9,70)
Secretaria Nacional Antidrogas	1.026.154	737.436	4,76	39,15
Ministério da Justiça e Segurança Pública	441.209	486.537	2,04	(9,32)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	1.126	281	0,01	300,27
Subtotal (A)	21.487.104	18.047.788	99,59	19,06
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,40	0,00
Polícia Federal	2.406	-	0,01	-
Subtotal (B)	89.282	86.876	0,41	2,77
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	(25)	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25)	(25)	(0,00)	-
Total (A+B+C)	21.576.361	18.134.639	100,00	18,98

Fonte: Siafi.

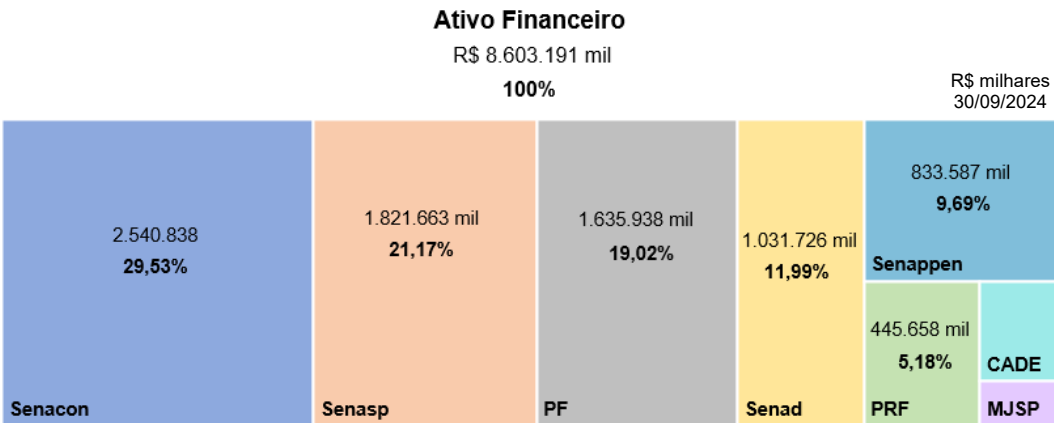
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

O "Ativo Financeiro", no terceiro trimestre de 2024, representou R\$ 8.603.191 mil (31,42%) do total de ativos (financeiros e permanentes), compreendendo numerário e créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária, assim registrados no órgão MJSP:

- a) R\$ 2.540.838 mil (29,53%) na Senacon;
- b) R\$ 1.821.663 mil (21,17%) na Senasp;
- c) R\$ 1.635.938 mil (19,02%) na PF;
- d) R\$ 1.031.726 mil (11,99%) na Senad;
- e) R\$ 833.587 mil (9,69%) na Senappen;
- f) R\$ 445.658 mil (5,18%) na PRF;
- g) R\$ 203.792 mil (2,37%) no CADE;
- h) R\$ 89.632 mil (1,04%) no MJSP; e
- i) R\$ 358 mil (0,00%) na ANPD.

Figura 13 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Fonte: Siafi.

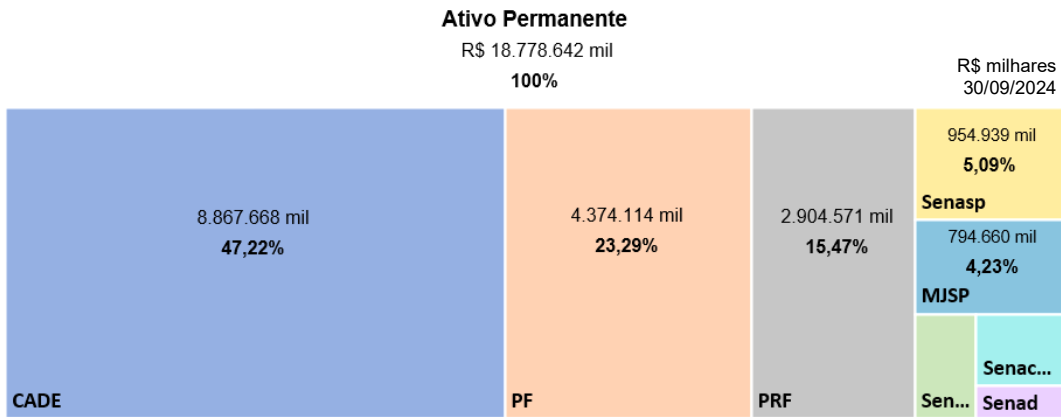
Ativo Permanente

Com relação à representação dos órgãos vinculados ao MJSP, no terceiro trimestre de 2024, R\$ 18.778.642 mil, referente ao “Ativo Permanente”, foram assim registrados:

- a) R\$ 8.867.668 mil (47,22%) no CADE;
- b) R\$ 4.374.114 mil (23,29%) na PF;
- c) R\$ 2.904.571 mil (15,47%) na PRF;
- d) R\$ 954.939 mil (5,09%) na Senasp;
- e) R\$ 794.660 mil (4,23%) no MJSP;
- f) R\$ 364.934 mil (1,94%) na Senappen;
- g) R\$ 353.565 mil (1,88%) na Senacon;
- h) R\$ 162.802 mil (0,87%) na Senad; e
- i) R\$ 1.389 mil (0,01%) na ANPD.

Destaca-se que no CADE, o “Ativo Permanente” de R\$ 8.867.668 mil refere-se prioritariamente aos registros contábeis relativos à dívida ativa não tributária e créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais. Na PF e PRF, a composição desse grupo de contas refere-se sobretudo a bens móveis e imóveis dos respectivos órgãos.

Figura 14 – Composição do Ativo Permanente – por órgão



Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro

No terceiro trimestre de 2024, o “Passivo Financeiro” representou R\$ 8.514.065 mil (79,60%) do total dos passivos financeiros e permanentes, cuja composição por órgão encontra-se detalhada na “Tabela 14” a seguir.

Tabela 14 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

R\$ milhares

Passivo Financeiro - por órgão	30/09/2024	31/12/2023	AV% (Set/2024)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	2.851.378	885.936	33,49	221,85
Polícia Federal	2.072.405	1.043.505	24,34	98,60
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.910.458	994.185	22,44	92,16
Ministério da Justiça e Segurança Pública	976.693	881.152	11,47	10,84
Secretaria Nacional de Políticas Penais	570.462	775.531	6,70	(26,44)
Secretaria Nacional Antidrogas	70.456	64.420	0,83	9,37
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	29.295	17.429	0,34	68,08
Secretaria Nacional do Consumidor	19.512	20.627	0,23	(5,41)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	13.406	1.941	0,16	590,65
Total Geral	8.514.064	4.684.726	100,00	81,74

Fonte: Siafi.

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais, cujas representações constam na “Figura 15”.

Figura 15 – Composição do Passivo Financeiro



Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – Execução do Orçamento e de Restos a Pagar (contas 62 e 63)

Os passivos financeiros/orçamentários relativos à execução do orçamento e de restos a pagar representaram R\$ 7.163.866 mil (84,14%) do total do Passivo Financeiro no terceiro trimestre de 2024. Sua distribuição por órgão, detalhada na “Tabela 15”, ocorreu da seguinte forma:

- a) R\$ 2.375.238 mil (33,16%) na PRF;
- b) R\$ 1.885.932 mil (26,33%) na Senasp;
- c) R\$ 1.385.974 mil (19,35%) na PF;
- d) R\$ 874.796 mil (12,21%) no MJSP;
- e) R\$ 517.344 mil (7,22%) no Senappen; e
- f) R\$ 124.581 mil (1,74%) nos demais órgãos do MJSP.

Tabela 15 – Passivo Financeiro – Execução do Orçamento e de Restos a Pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares

Órgão	30/09/2024	31/12/2023	AV% (Set/24)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	2.375.238	458.810	33,16	417,70
Crédito Empenhado a Liquidar	2.198.155	-	30,68	-
RP Não Processados a Liquidar	157.500	96.149	2,20	63,81
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	19.083	-	0,27	-
Suspensão RPNP a Liq. - Emendas RP 8 e 9 (STF)	500	-	0,01	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	356.660	-	(100)
RPNP a Liq. Bloqueados - Decreto 11.380/23	-	6.002	-	(100)
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.885.932	990.204	26,33	90,46
Crédito Empenhado a Liquidar	1.412.504	-	19,72	-
RP Não Processados a Liquidar	328.452	437.295	4,58	(24,89)
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	83.335	-	1,16	-
Suspensão RPNP a Liq. - Emendas RP 8 e 9 (STF)	61.641	-	0,86	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	552.908	-	(100)
Polícia Federal	1.385.974	528.501	19,35	162,25
Crédito Empenhado a Liquidar	1.265.300	-	17,66	-
RP Não Processados a Liquidar	102.941	41.033	1,44	150,87
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	16.701	-	0,23	-
Suspensão RPNP a Liq. - Emendas RP 8 e 9 (STF)	950	-	0,01	-
RPNP a liq bloq, emendas rp 8 e 9, dec STF	82	-	0,00	-
RPNP a liq bloqueados - decreto 11.380/23	-	10.191	-	(100)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	477.278	-	(100)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	874.796	816.010	12,21	7,20
RP Não Processados a Liquidar	482.882	408.324	6,74	18,26
Crédito Empenhado a Liquidar	351.813	-	4,91	-
Suspensão RPNP a Liq. - Emendas RP 8 e 9 (STF)	30.129	-	0,42	-

RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	9.973	-	0,14	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	407.686	-	(100)
RPNP a liq bloqueados - decreto 11.380/23	-	-	-	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	517.344	709.398	7,22	(27,07)
RP Não Processados a Liquidar	369.955	117.494	5,16	214,87
Crédito Empenhado a Liquidar	99.541	-	1,39	-
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	46.347	245.686	0,65	(81,14)
Suspensão RPNP a Liq. - Emendas RP 8 e 9 (STF)	1.500	-	0,02	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	346.218	-	(100)
Secretaria Nacional Antidrogas	70.456	64.420	0,98	9,37
RP Não Processados a Liquidar	36.565	25.710	0,51	42,22
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	18.782	-	0,26	-
Crédito Empenhado a Liquidar	14.020	-	0,20	-
Suspensão RPNP a Liq. - Emendas RP 8 e 9 (STF)	1.090	-	0,02	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	38.710	-	(100)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	27.393	16.024	0,38	70,95
Crédito Empenhado a Liquidar	18.897	-	0,26	-
RP Não Processados a Liquidar	6.629	2.004	0,09	230,77
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	1.866	-	0,03	-
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	14.020	-	(100)
Secretaria Nacional do Consumidor	13.770	16.773	0,19	(17,91)
Crédito Empenhado a Liquidar	6.860	-	0,10	-
RP Não Processados a Liquidar	4.283	15.123	0,06	(71,68)
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	2.626	1.150	0,04	128,36
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	500	-	(100)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	12.962	1.657	0,18	682,19
Crédito Empenhado a Liquidar	12.089	-	0,17	-
RPNP a Liq. Bloqueados p/ Decreto 93.872/86	626	-	0,01	-
RP Não Processados a Liquidar	247	626	0,00	(60,46)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	1.031	-	(100)
Total geral	7.163.866	3.601.798	100,00	98,90

Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – Obrigações Patrimoniais (contas 21 e 22)

Os passivos financeiros referentes às obrigações patrimoniais, representaram R\$ 1.350.199 mil (15,86%) do Passivo Financeiro, no terceiro trimestre de 2024, assim registrados:

- a) R\$ 686.430 mil (50,84%) na PF;
- b) R\$ 476.140 mil (35,26%) na PRF;
- c) R\$ 101.896 mil (7,55%) no MJSP;
- d) R\$ 53.119 mil (3,93%) no Senappen; e
- e) R\$ 32.614 mil (2,42%) nos demais órgãos do MJSP.

Conforme pode-se observar, os órgãos PF, PRF totalizaram R\$ 1.162.570 mil (86,10%) do montante das referidas obrigações patrimoniais.

Destaca-se que os “Salários, Remunerações e Benefícios” representaram R\$ 606.830 mil (44,94%) das obrigações patrimoniais.

Tabela 16 – Passivo Financeiro – Obrigações Patrimoniais (contas 21 e 22)

	R\$ milhares			
Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas	30/09/2024	31/12/2023	AV% (Set/2024)	AH%
Polícia Federal	686.430	515.004	50,84	33,29
Salários, remunerações e benefícios	342.716	426.324	25,38	-19,61
Polícia Rodoviária Federal	476.140	427.126	35,26	11,48
Salários, remunerações e benefícios	234.534	295.365	17,37	-20,60
Ministério da justiça e segurança publica	101.896	65.142	7,55	56,42
Salários, remunerações e benefícios	28.501	33.456	2,11	-14,81
Secretaria Nacional de Políticas Penais	53.119	66.133	3,93	-19,68
Secretaria Nacional de Segurança Pública	24.526	3.981	1,82	516,01
Secretaria Nacional do Consumidor	5.742	3.853	0,43	49,02

Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.902	1.405	0,14	35,35
Salários, remunerações e benefícios	834	850	0,06	-1,91
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	444	284	0,03	56,40
Salários, remunerações e benefícios	245	272	0,02	-9,88
Total Geral	1.350.199	1.082.928	100,00	24,68

Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

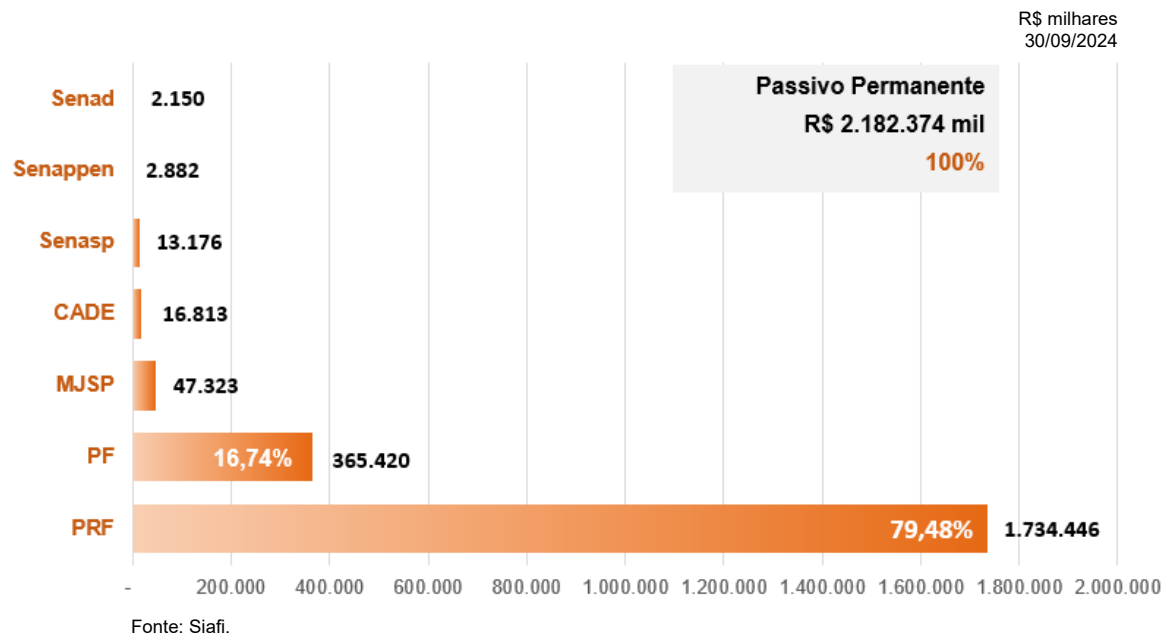
No terceiro trimestre de 2024, na composição do Passivo Permanente – R\$ 2.182.374 mil, destaca-se a representação da PRF, totalizando R\$ 1.734.446 mil (79,48%); sendo R\$ 1.500.000 mil (86,48%) do referido montante referente ao registro contábil, em junho de 2024, de provisão para perdas judiciais e administrativas, classificado pela Portaria AGU nº 68, de 18 de novembro de 2022. Observa-se a distribuição do Passivo Permanente por órgão na "Tabela 17" e "Figura 16".

Tabela 17 – Passivo Permanente – composição por órgão

R\$ milhares				
Passivo Permanente – por órgão	30/09/2024	31/12/2023	AV% (Set/2024)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	1.734.446	75.309	79,48	2203,11
Polícia Federal	365.420	138.935	16,74	163,02
Ministério Da Justiça e Segurança Pública	47.323	54.013	2,17	(12,39)
Conselho Administrativo De Defesa Econômica	16.813	15.069	0,77	11,57
Secretaria Nacional de Segurança Pública.	13.176	22.489	0,60	(41,41)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	2.882	2.469	0,13	16,73
Secretaria Nacional Antidrogas	2.150	-	0,10	-
Autoridade Nacional De Proteção De Dados	163	0	0,01	-
Total Geral	2.182.374	308.285	100,00	607,91

Fonte: Siafi.

Figura 16 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



Nota 10 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP

Os “Atos Potenciais Passivos” são representados pela execução dos atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental. Contemplam os registros dos valores dos convênios e outros instrumentos congêneres firmados entre entidades e os registros provenientes dos valores

de obrigações contratuais em que a administração pública é a contratante.

No órgão superior do MJSP, os “Atos Potenciais Passivos” são representados, portanto, pelos grupos de contas “Garantias e Contragarantias Concedidas”, “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos” e “Obrigações Contratuais”, de acordo com o “Quadro de Compensações” do Balanço Patrimonial.

Atos Potenciais Passivos: por Órgão

Conforme apresentado na “Tabela 18” e na “Figura 17”, os “Atos Potenciais Passivos” totalizaram R\$ 5.991.852 mil (100%), no terceiro trimestre de 2024, assim registrados no MJSP:

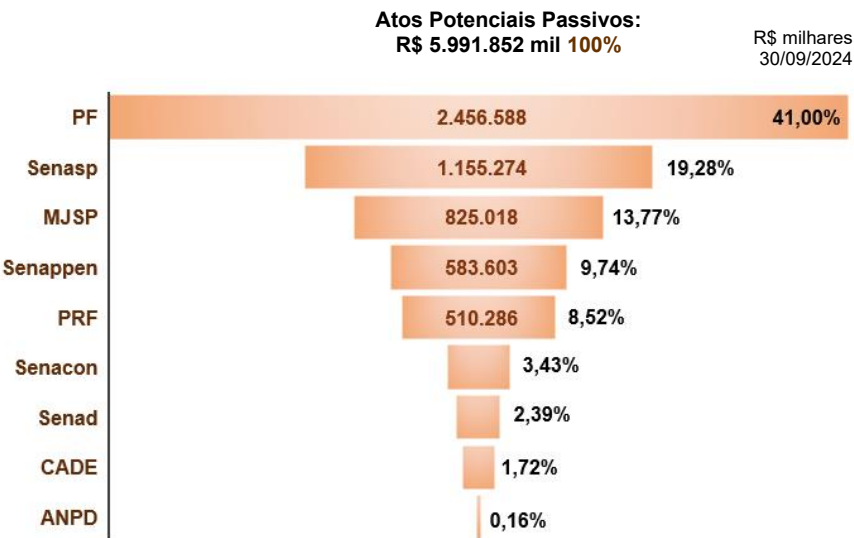
- a) R\$ 2.456.588 mil (41,00%) na PF;
- b) R\$ 1.155.274 mil (19,28%) no Senasp;
- c) R\$ 825.018 mil (13,77%) no MJSP;
- d) R\$ 583.603 mil (9,74%) no Senappen;
- e) R\$ 510.286 mil (8,52%) na PRF;
- f) R\$ 205.664 mil (3,43%) no Senacon; e
- g) R\$ 255.419 mil (4,26%) nos demais órgãos.

Tabela 18 – Atos Potenciais Passivos – por órgão

R\$ milhares				
Atos potenciais Passivos - por órgão	30/09/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Polícia Federal	2.456.588	1.903.289	41,00	29,07
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.155.274	952.547	19,28	21,28
Ministério da Justiça e Segurança Pública	825.018	841.780	13,77	-1,99
Secretaria Nacional de Políticas Penais	583.603	620.900	9,74	-6,01
Polícia Rodoviária Federal	510.286	439.110	8,52	16,21
Secretaria Nacional do Consumidor	205.664	236.285	3,43	-12,96
Secretaria Nacional Antidrogas	142.936	148.358	2,39	-3,65
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	103.123	87.071	1,72	18,44
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	9.360	8.196	0,16	14,20
Total	5.991.852	5.237.536	100,00	14,40

Fonte: Siafi.

Figura 17 – Atos Potenciais Passivos – por órgão



Fonte: Siafi.

Atos Potenciais Passivos: por Grupo de Contas

Na análise por grupo de contas, no terceiro trimestre de 2024, os Atos Potenciais Passivos somaram R\$ 5.991.852 mil; sendo R\$ 4.053.342 mil (67,65%) decorrentes de “Obrigações Contratuais”; e, R\$ 1.938.482 mil (32,35%), de “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”. Ressalta-se que as “Garantias e Contragarantias Concedidas” apresentaram o valor de R\$ 28 mil, cuja representação não impactou percentualmente no saldo dos Atos Potenciais Passivos.

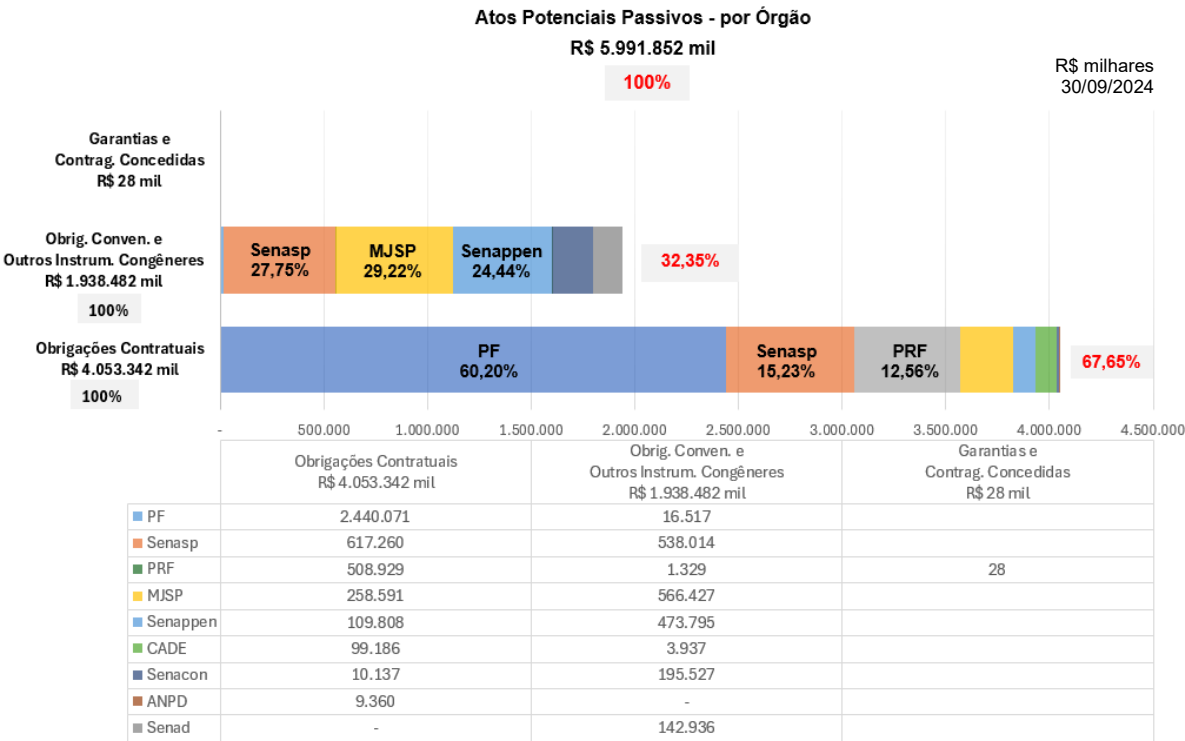
Conforme apresentado na “Figura 18”, em setembro de 2024, as “Obrigações Contratuais”, que totalizaram R\$ 4.053.342 mil (100%), foram assim compostas:

- a) R\$ 2.440.071 mil (60,20%) na PF;
- b) R\$ 617.260 mil (15,23%) no Senasp;
- c) R\$ 508.929 mil (12,56%) na PRF; e
- d) R\$ 258.591 mil (6,38%) no MJSP;
- e) R\$ 109.808 mil (2,71%) no Senappen; e
- f) R\$ 118.683 mil (2,93%) nos demais órgãos do MJSP.

As “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, que totalizaram R\$ 1.938.482 mil (100%), foram assim registradas:

- a) R\$ 566.427 mil (29,22%) no MJSP;
- b) R\$ 473.795 mil (24,44%) no Senappen;
- c) R\$ 538.014 mil (27,75%) no Senasp;
- d) R\$ 195.527 mil (10,09%) no Senacon;
- e) R\$ 142.936 mil (7,37%) no Senad; e
- f) R\$ 22.783 mil (1,12%) nos demais órgãos do MJSP.

Figura 18– Atos Potenciais Passivos – por grupo de contas



Fonte: Siafi.

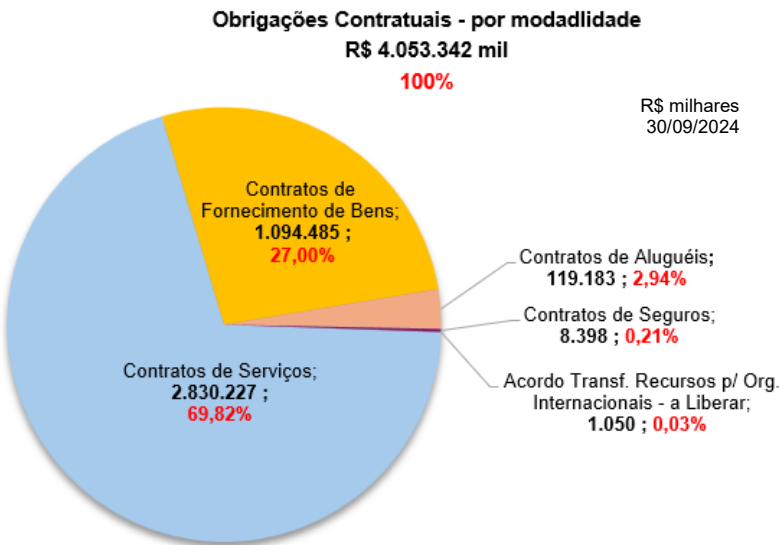
Destaca-se, conforme apresentado na “Figura 18”, que das “Obrigações Contratuais”, R\$ 4.053.342 mil, as quais contemplam os contratos em que a administração pública participa como contratante, R\$ 2.440.071 mil (60,20%) foram decorrentes da PF, R\$ 617.260 mil (15,23%) da Senasp e R\$ 508.929 mil (12,56%) da PRF, cujos órgãos somaram R\$ 3.566.260 mil (87,98%) de representação do referido grupo de contas.

Quanto às “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, R\$ 1.578.236 mil (81,42%) dos registros foram compostos pelos órgãos MJSP, Senasp e Senappen; os quais representaram, respectivamente, R\$ 566.427 mil (29,22%); R\$ 538.014 mil (27,75%) e R\$ 473.795 mil (24,44%).

Atos Potenciais Passivos: Obrigações Contratuais - por Modalidade

No terceiro trimestre de 2024, do total das “Obrigações Contratuais”, R\$ 4.053.342 mil, registradas no órgão MJSP, conforme apresentado na “Figura 19”, R\$ 2.830.227 mil (69,82%) foram referentes aos contratos de serviços; e, R\$ 1.094.485 mil (27,00%), aos contratos de fornecimento de bens, os quais somaram R\$ 3.924.711 mil (96,83%) do total dos registros no referido grupo de contas.

Figura 19 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais – por modalidade



Fonte: Siafi.

Tabela 19 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais – por modalidade

R\$ milhares

Obrigações Contratuais - por modalidade	30/09/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Contratos de Serviços	2.830.227	2.003.928	69,82	41,23
Polícia Federal	1.992.564	1.412.533	49,16	41,06
Polícia Rodoviária Federal	359.696	297.681	8,87	20,83
Ministério da Justiça e Segurança Pública	238.149	103.689	5,88	129,68
Secretaria Nacional de Políticas Penais	93.798	86.927	2,31	7,90
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	77.191	61.315	1,90	25,89
Secretaria Nacional de Segurança Pública	54.168	29.307	1,34	84,83
Secretaria Nacional do Consumidor	10.137	10.315	0,25	(1,72)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	4.524	2.161	0,11	109,37
Contratos de Fornecimento de Bens	1.094.485	1.055.368	27,00	3,71
Secretaria Nacional de Segurança Pública	560.905	515.707	13,84	8,76
Polícia Federal	354.653	365.044	8,75	(2,85)
Polícia Rodoviária Federal	136.873	133.017	3,38	2,90
Ministério da Justiça e Segurança Pública	19.369	22.726	0,48	(14,77)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	14.555	14.731	0,36	(1,19)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	8.092	4.106	0,20	97,10
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	37	37	0,00	0,00
Contratos de Aluguéis	119.183	128.802	2,94	(7,47)
Polícia Federal	92.854	107.824	2,29	(13,88)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.440	6.028	0,18	23,42
Polícia Rodoviária Federal	7.086	1.948	0,17	263,69
Secretaria Nacional de Políticas Penais	7.003	7.003	0,17	0,00

Autoridade Nacional de Proteção de Dados	4.799	5.999	0,12	(19,99)
Contratos de Seguros	8.398	7.478	0,21	12,30
Polícia Rodoviária Federal	5.273	4.353	0,13	21,13
Secretaria Nacional de Segurança Pública	2.186	2.186	0,05	0,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	915	915	0,02	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	23	23	0,00	0,00
Acordo Transf. Recursos p/ Org. Internacionais - a Liberar	1.050	1.050	0,03	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.050	1.050	0,03	0,00
Obrigações Contratuais - por modalidade	4.053.342	3.196.627	100,00	26,80

Fonte: Siafi.

Com relação às "Obrigações Contratuais", destacaram-se os contratos da Polícia Federal, totalizando R\$ 2.440.071 mil (60,20%) do referido grupo de contas, assim registrados:

- a) Contratos de Serviços: R\$ 1.992.564 mil (49,16%);
- b) Contratos de Fornecimento de Bens: R\$ 354.653 mil (8,75%); e
- c) Contratos de Aluguéis: R\$ 92.854 mil (2,29%).

Atos Potenciais Passivos: Obrig. Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres - por Modalidade

No terceiro trimestre de 2024, conforme apresentado na "Tabela 20", destacam-se os "Convênios e Outros Instrumentos Congêneres", representando R\$ 1.590.707 mil (82,06%) do grupo de contas "Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres"; sendo R\$ 1.496.602 mil (77,20%), assim distribuídos entre os órgãos do MJSP:

- a) R\$ 523.310 mil (27,00%) no MJSP;
- b) R\$ 515.278 mil (26,58%) no Senasp; e
- c) R\$ 365.570 mil (23,63%) no Senappen.

Tabela 20 - Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres – por modalidade e por órgão

R\$ milhares				
Conta Contábil	30/09/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Convênios e Outros Instrumentos Congêneres	1.590.707	1.647.307	82,06	(3,44)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	523.310	670.993	27,00	(22,01)
Secretaria Nacional de Segurança Pública	515.278	366.882	26,58	40,45
Secretaria Nacional de Políticas Penais	458.014	515.861	23,63	(11,21)
Secretaria Nacional Antidrogas	71.504	67.059	3,69	6,63
Secretaria Nacional do Consumidor	22.602	26.512	1,17	(14,75)
Termo de Execução Descentralizada	347.775	393.574	17,94	(11,64)
Secretaria Nacional do Consumidor	172.925	199.458	8,92	(13,30)
Secretaria Nacional Antidrogas	71.432	81.299	3,68	(12,14)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	43.117	43.298	2,22	(0,42)
Secretaria Nacional de Segurança Pública	22.737	38.464	1,17	(40,89)
Polícia Federal	16.517	17.888	0,85	(7,66)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	15.781	6.088	0,81	159,21
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.937	4.997	0,20	(21,21)
Polícia Rodoviária Federal	1.329	2.082	0,07	(36,17)
Total	1.938.482	2.040.881	100,00	(5,02)

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP

No terceiro trimestre de 2024, os grupos de contas consolidados em "Pessoal e Encargos" nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, totalizaram R\$ 6.721.197 mil (14,48%) das Variações Patrimoniais Diminutivas, assim distribuídas entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 3.829.304 mil (56,97%) na PF;
- b) R\$ 2.518.719 mil (37,47%) na PRF;

- c) R\$ 358.363 mil (5,33%) no MJSP;
d) R\$ 11.379 mil (0,17%) no CADE;
e) R\$ 3.420 mil (0,05%) na ANPD; e
e) R\$ 12 mil (0,00%) na Senappen.

Tabela 21 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

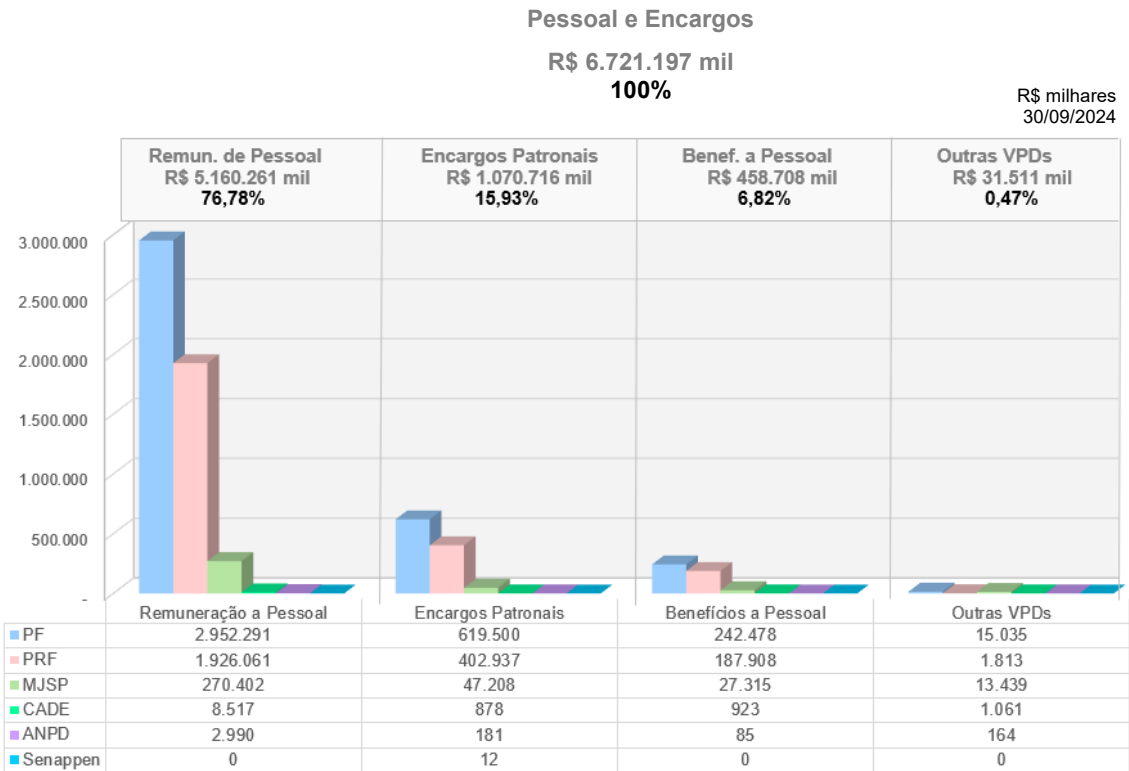
R\$ milhares

Pessoal e Encargos	30/09/2024	30/12/2023	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	3.829.304	3.661.205	56,97	4,59
Remuneração a Pessoal	2.952.291	2.843.485	43,93	3,83
Encargos Patronais	619.500	598.756	9,22	3,46
Benefícios a Pessoal	242.478	198.390	3,61	22,22
Outras VPD - Pessoal e Encargos	15.035	20.575	0,22	(26,93)
Polícia Rodoviária Federal	2.518.719	2.237.556	37,47	12,57
Remuneração a Pessoal	1.926.061	1.693.820	28,66	13,71
Encargos Patronais	402.937	393.421	6,00	2,42
Benefícios a Pessoal	187.908	148.714	2,80	26,36
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.813	1.600	0,03	13,30
Ministério da Justiça e Segurança Pública	358.363	339.925	5,33	5,42
Remuneração a Pessoal	270.402	260.423	4,02	3,83
Encargos Patronais	47.208	41.136	0,70	14,76
Benefícios a Pessoal	27.315	25.850	0,41	5,67
Outras VPD - Pessoal e Encargos	13.439	12.516	0,20	7,38
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	11.379	10.438	0,17	9,01
Remuneração a Pessoal	8.517	8.500	0,13	0,20
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.061	348	0,02	204,65
Benefícios a Pessoal	923	606	0,01	52,36
Encargos Patronais	878	984	0,01	(10,79)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	3.420	-	0,05	-
Remuneração a Pessoal	2.990	-	0,04	-
Encargos Patronais	181	-	0,00	-
Outras VPD - Pessoal e Encargos	164	-	0,00	-
Benefícios a Pessoal	85	-	0,00	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	12	9	0,00	30,50
Encargos Patronais	12	9	0,00	30,50
Total Geral	6.721.197	6.249.134	100,00	7,55

Fonte: Siafi.

Conforme demonstrado na “Figura 20”, “Remuneração a Pessoal” foi correspondente a R\$ 5.160.261 mil (76,78%) do total dos dispêndios com “Pessoal e Encargos”. Destaca-se que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal totalizaram R\$ 4.878.352 mil (94,54%) de “Remuneração a Pessoal”, sendo R\$ 2.952.291 mil (57,21%) na PF e R\$ 1.926.061 mil (37,32%) na PRF.

Figura 20 – Pessoal e Encargos – por subgrupo de contas



Fonte: Siafi.

Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No terceiro trimestre de 2024, as receitas realizadas classificadas como “Demais Receitas Patrimoniais” representaram R\$ 2.072.213 mil (43,51%) do total das receitas correntes realizadas, conforme apresentado no balanço orçamentário. A referido saldo abarca receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípias, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III, da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na “Tabela 22”, a Secretaria Nacional de Segurança Pública representou R\$ 1.868.897 mil (90,19%) das receitas realizadas classificadas como “Demais Receitas Patrimoniais”, sendo R\$ 1.840.526 mil (88,82%) provenientes da participação da União em loterias de prognósticos numéricos.

Tabela 22 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

	R\$ milhares	
Demais Receitas Patrimoniais Realizadas	30/09/2024	AV%
Secretaria Nacional de Segurança Publica	1.868.897	90,19
Participação da União em Receitas de Loterias de Prognósticos Numéricos	1.840.526	88,82
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Especifico	12.552	0,61
Participação da União em Receita de Loteria Federal	8.920	0,43
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	6.898	0,33
Secretaria Nacional de Políticas Penais	203.317	9,81
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	198.761	9,59
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Especifico	2.510	0,12
Participação da União em Receita de Loteria Federal	1.445	0,07
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	600	0,03
Total	2.072.213	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Receitas – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No terceiro trimestre de 2024, as receitas realizadas registradas na rubrica contábil “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais” apresentaram saldo de R\$ 1.158.862 mil (24,33%) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

A composição do referido montante foi proveniente sobretudo dos seguintes registros nos órgãos do MJSP:

- a) PRF, R\$ 873.828 mil (75,40%); sendo R\$ 869.275 mil (75,01%) referente a receita líquida arrecadada proveniente de multas previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB; e
- b) Senacon, R\$ 234.173 mil (20,21%); referente a arrecadação de multas previstas na legislação sobre defesa dos direitos difusos, com a finalidade de promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e a Senacon, portanto, somaram R\$ 1.108.001 mil (95,61%) das receitas realizadas relativas à “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”.

Isto posto, os demais órgãos representaram somente R\$ 50.861 mil (4,39%) dos registros remanescentes.

Tabela 23 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – por órgão	30/09/2024	AV (%)
Polícia Rodoviária Federal	873.828	75,40
Secretaria Nacional do Consumidor	234.173	20,21
Polícia Federal	34.349	2,96
Secretaria Nacional de Políticas Penais	15.151	1,31
Secretaria Nacional de Segurança Pública	839	0,07
Secretaria Nacional Antidrogas	522	0,05
Total	1.158.862	100,00

Fonte: Siafi.

Tabela 24 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	30/09/2024	AV (%)
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	869.275	75,01
Polícia Rodoviária Federal	869.275	75,01
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	234.173	20,21
Secretaria Nacional do Consumidor	234.173	20,21
Multas Previstas em Legislação Específica	39.035	3,37
Polícia Federal	33.827	2,92
Polícia Rodoviária Federal	3.978	0,34
Secretaria Nacional de Segurança Pública	839	0,07
Secretaria Nacional Antidrogas	391	0,03
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	15.151	1,31
Secretaria Nacional de Políticas Penais	15.151	1,31
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	653	0,06
Polícia Federal	523	0,05
Secretaria Nacional Antidrogas	131	0,01
Multas e Juros Previstos em Contratos	575	0,05
Polícia Rodoviária Federal	575	0,05
Total	1.158.862	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -12.625.970 mil, no terceiro trimestre de 2024, foi impactado em R\$ -7.149.594 mil (56,63%) pela PF e em R\$ -5.649.640 mil (44,75%) pela PRF, conforme demonstrado na "Tabela 25" abaixo. Ambos os órgãos somaram R\$ -12,799,234 mil (101,37%) do déficit apresentado pelo MJSP.

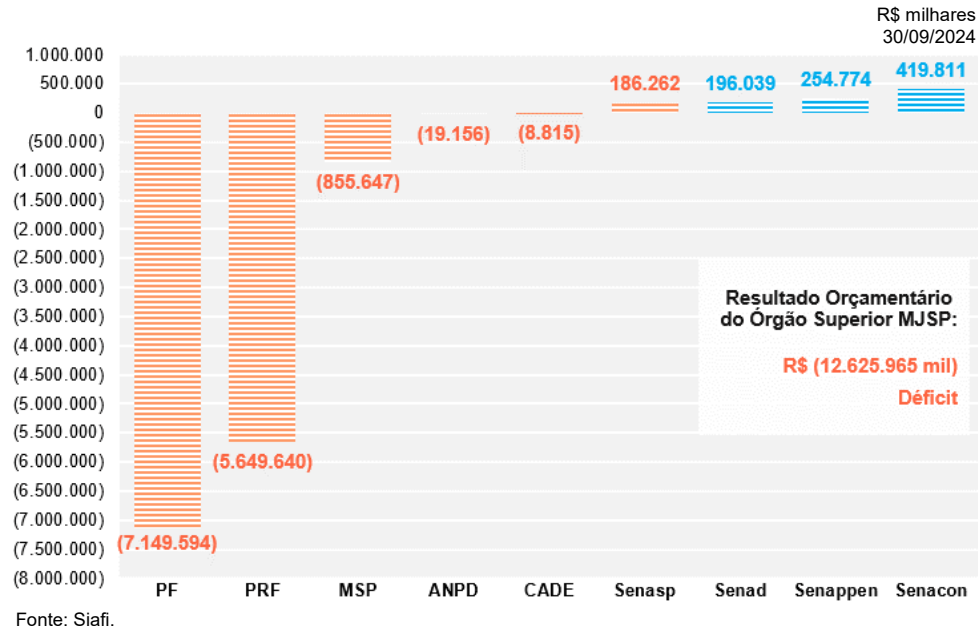
Tabela 25– Resultado Orçamentário

R\$ milhares
30/09/2024

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	741.142	7.890.736	(7.149.594)	56,63
Polícia Rodoviária Federal	907.124	6.556.764	(5.649.640)	44,75
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.085	858.732	(855.647)	6,78
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	0	19.156	(19.156)	0,15
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	44.656	53.471	(8.815)	0,07
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.972.012	1.785.749	186.262	(1,48)
Secretaria Nacional Antidrogas	211.013	14.974	196.039	(1,55)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	452.796	198.021	254.774	(2,02)
Secretaria Nacional do Consumidor	433.778	13.967	419.811	(3,32)
Total	4.765.605	17.391.570	(12.625.965)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 21 – Resultado Orçamentário – por órgão



Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO

As despesas orçamentárias são representadas pelas aquisições de materiais de consumo, pagamentos de diárias, contribuições, subvenções, auxílios-alimentação, auxílios-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de despesa. Dependem de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivadas.

No terceiro trimestre de 2024, registrou-se o empenho de R\$ 4.113.055 mil em "Outras Despesas Correntes", ou seja, (23,65%) do total das despesas orçamentárias, demonstrado no balanço orçamentário.

A execução das despesas classificadas como "Outras Despesas Correntes" foi evidenciada na "Tabela 26", com a apresentação dos montantes das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por órgão

vinculado ao MJSP.

Do total das despesas pagas como “Outras Despesas Correntes”, R\$ 2.117.198 mil, cabe ressaltar que R\$ 1.882.345 mil (88,91%) foram assim registrados nos órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 1.032.231 mil (48,75%) na PF;
- b) R\$ 510.896 mil (24,13%) na PRF; e
- c) R\$ 339.217 mil (16,02%) na Senasp.

Os demais órgãos registraram R\$ 234.854 mil (11,09%) de “Outras Despesas Correntes” pagas.

Tabela 26 – Outras Despesas Correntes – por órgão

R\$ milhares
30/09/2024

Órgão	Despesas Empenhadas	AV%	Despesas Liquidadas	AV%	Execução (%) Desp. Paga/ Desp. Empenhada
Polícia Federal	1.713.038	41,65	1.032.231	48,75	60,26
Polícia Rodoviária Federal	1.018.458	24,76	510.896	24,13	50,16
Secretaria Nacional de Segurança Pública	930.516	22,62	339.217	16,02	36,45
Ministério da Justiça e Segurança Pública	220.347	5,36	107.360	5,07	48,72
Secretaria Nacional de Políticas Penais	156.662	3,81	92.244	4,36	58,88
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	38.408	0,93	23.528	1,11	61,26
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	14.582	0,35	3.788	0,18	25,97
Secretaria Nacional Antidrogas	13.428	0,33	912	0,04	6,79
Secretaria Nacional do Consumidor	7.615	0,19	7.021	0,33	92,21
Total Geral	4.113.055	100,00	2.117.198	100,00	51,48

Fonte: Siafi.

Nota 16 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados – Anexo 1 – BO

Serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: o serviço ou material contratado, que tenha sido prestado ou entregue, e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (despesa em liquidação); ou, com prazo vigente para cumprimento da obrigação assumida pelo credor (despesa a liquidar).

Isto posto, compõe o balanço orçamentário, o quadro “Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP)”, cujos valores encontram-se assim detalhados:

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Ao final do terceiro trimestre de 2024, os “Restos a Pagar Não Processados – Inscritos em Exercícios Anteriores”, totalizaram R\$ 1.406.787 mil (100%), assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 437.295 mil (31,08%) na Senasp;
- b) R\$ 408.324 mil (29,03%) no MJSP;
- c) R\$ 363.180 mil (25,82%) na Senappen;
- d) R\$ 102.150 mil (7,26%) na PRF; e
- e) R\$ 95.837 mil (6,81%) nos demais órgãos.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Os “Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior” somaram R\$ 2.195.038 mil (100%), cujo montante foi assim composto pelos órgãos vinculados do MJSP:

- a) R\$ 552.908 mil (25,19%) no Senasp;
- b) R\$ 477.278 mil (21,74%) na PF;
- c) R\$ 407.686 mil (18,57%) no MJSP;
- d) R\$ 356.687 mil (16,25%) na PRF;
- e) R\$ 346.218 mil (15,77%) no Senappen; e
- f) R\$ 54.261 mil (2,47%) nos demais órgão.

Foram detalhados ademais, no quadro do “Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados” do balanço orçamentário, em setembro de 2024, no órgão superior do MJSP, os seguintes saldos de restos a pagar não processados:

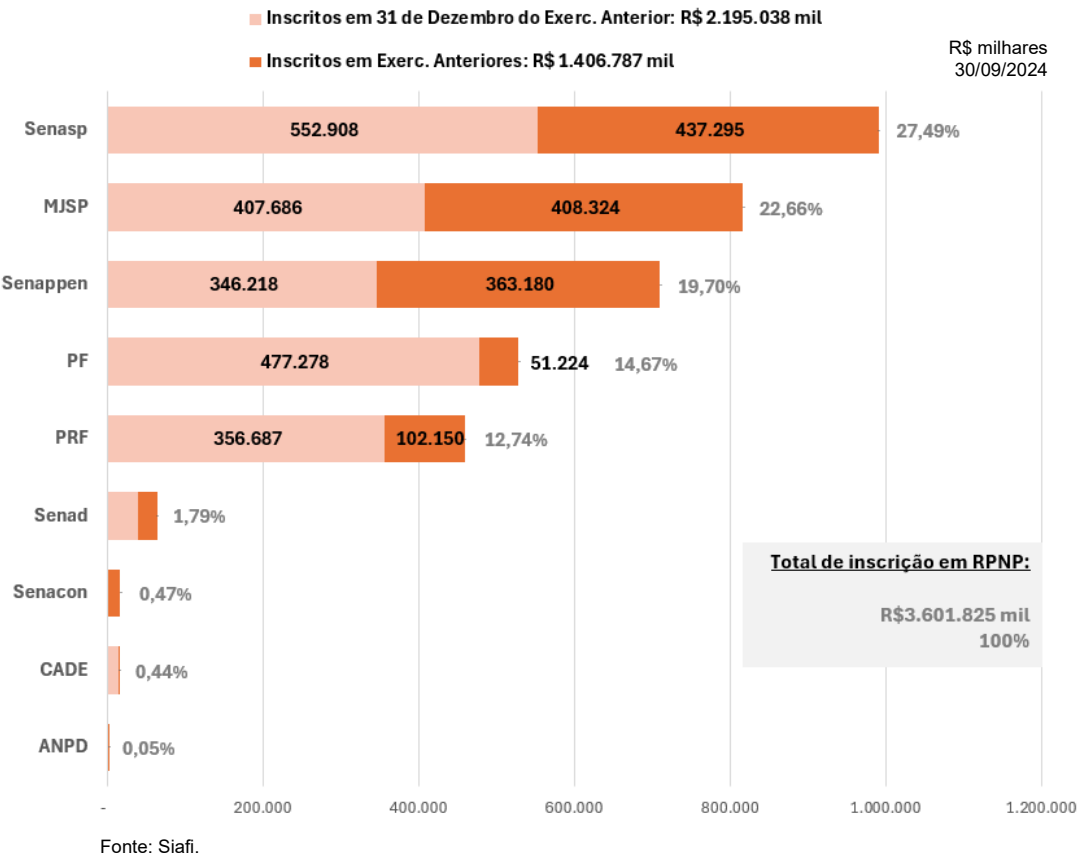
Liquidados: R\$ 1.647.760 mil, representando o montante de restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição.

Pagos: R\$ 1.513.961 mil, representando os valores de restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados: R\$ 169.378 mil, correspondente ao cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar: R\$ 1.918.487 mil, referente ao saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Figura 22 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por órgão



No final do terceiro trimestre de 2024, conforme apresentado na “Figura 22”, o montante dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior), de R\$ 3.601.825 (100%), foram assim registrados por órgão:

- a) R\$ 990.204 mil (27,49%) na Senasp;
- b) R\$ 816.010 mil (22,66%) no MJSP;
- c) R\$ 709.398 mil (19,70%) na Senappen;
- d) R\$ 528.501 mil (14,67%) na PF;
- e) R\$ 458.837 mil (12,74%) na PRF; e
- f) R\$ 98.875 mil (2,75%) nos demais órgãos.

Tabela 27 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por conta contábil

R\$ milhares

Despesa Orçamentárias	30/09/2024	AV%
DESPESAS DE CAPITAL	2.624.862	72,88
Investimentos	2.624.862	72,88
Contribuições	1.034.446	28,72
Equipamentos e Material Permanente	841.915	23,37
Auxílios	449.001	12,47
Obras e Instalações	272.016	7,55
Demais Itens de Despesa de Capital - Investimentos	27.485	0,76
DESPESAS CORRENTES	976.963,04	27,12
Pessoal e Encargos Sociais	39.399	1,09
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.990	0,33
Obrigações Patronais	11.586	0,32
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	11.565	0,32
Demais Itens de Despesa Corrente - Pessoal e Encargos	4.258	0,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	937.564	26,03
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orç.	209.698	5,82
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	206.840	5,74
Material de Consumo	199.371	5,54
Contribuições	144.947	4,02
Outros auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	59.000	1,64
Locação de Mão-de-obra	54.719	1,52
Indenizações e Restituições	25.640	0,71
Passagens e Despesas com Locomoção	23.132	0,64
Demais Itens de Despesa Corrente - Outras Despesas Correntes	14.218	0,39
Total RPNP Inscritos	3.601.825	100,00

Fonte: Siafi.

Destaca-se, na “Tabela 27”, que R\$ 2.624.862 mil (72,88%) dos Restos a Pagar não Processados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior) referem-se a investimentos (despesas de capital), assim registrados:

- a) Contribuições: R\$ 1.034.446 mil (28,72%);
- b) Equipamentos e Material Permanente: R\$ 841.915 mil (23,37%);
- c) Auxílios: R\$ 449.001 mil (12,47%);
- d) Obras e Instalações: R\$ 272.016 mil (7,55%); e
- e) Demais itens de despesa de capital – Investimentos: R\$ 27.485 mil (0,76%).

Nota 17 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Anexo 2 – BO

Serão inscritas em restos a pagar processados e não processados liquidados as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, a obra ou o material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

No caso das despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar processados e não processados liquidados, verifica-se na execução o cumprimento dos estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o pagamento. Neste caso, em geral, não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens ou serviços satisfaz a obrigação de fazer e a Administração conferiu essa obrigação. Portanto, não poderá deixar de exercer a obrigação de pagar, salvo motivo previsto na legislação pertinente.

Isto posto, compõe o balanço orçamentário, o quadro “Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados”, cujos valores encontram-se assim detalhados:

Inscritos em Exercícios Anteriores

Ao final do terceiro trimestre de 2024, os “Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados”, inscritos em Exercícios Anteriores, totalizaram R\$ 27.610 mil (100%), assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 18.943 mil (68,61%) na Senappen;
- b) R\$ 3.673 mil (13,30%) no MJSP;
- c) R\$ 2.312 mil (8,38%) na Senasp;
- d) R\$ 1.390 mil (5,04%) na PRF;
- e) R\$ 1.105 mil (4,00%) na Senacon; e
- f) R\$ 187 mil (0,68%) na PF.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Os “Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior” somaram 992.220 mil (100%), cujo montante foi assim composto pelos órgãos vinculados do MJSP:

- a) R\$ 513.854 mil (51,79%) na PF;
- b) R\$ 364.457 mil (36,73%) na PRF;
- c) R\$ 61.093 mil (6,16%) no MJSP;
- d) R\$ 46.931 mil (4,73%) no Senappen; e
- e) R\$ 5.884 mil (0,59%) nos demais órgãos.

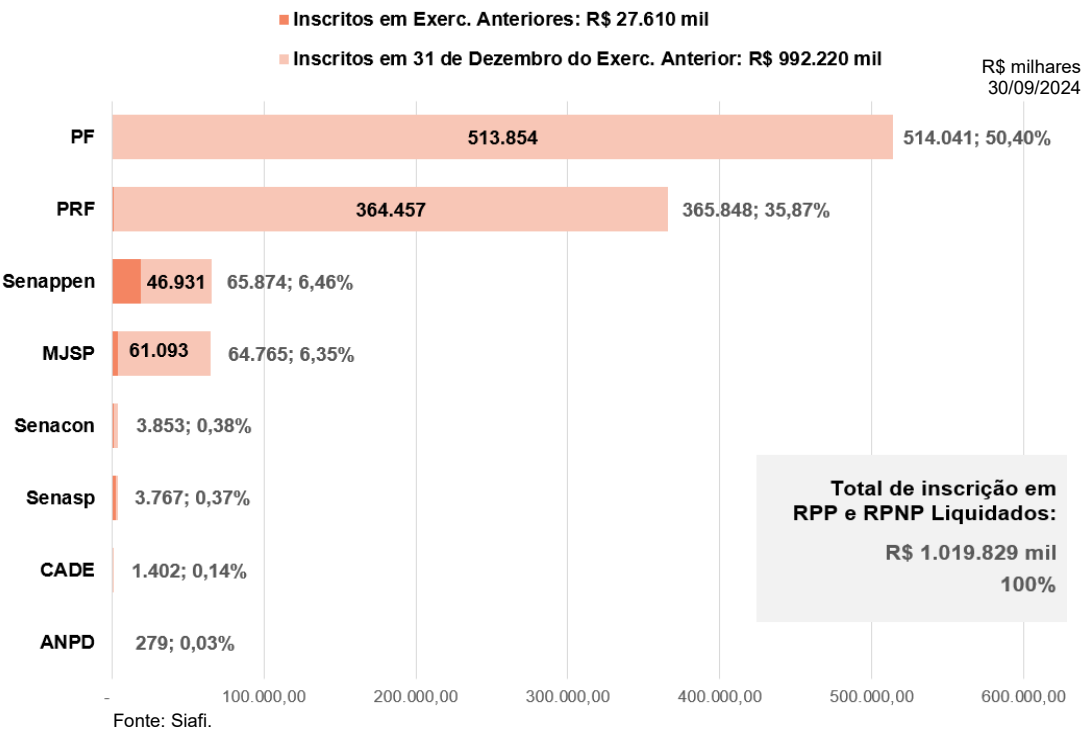
Foram detalhados ademais, no quadro do “Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados” do balanço orçamentário, em setembro de 2024, no órgão superior do MJSP, os seguintes saldos de restos a pagar processados e não processados liquidados:

Pagos: R\$ 954.805 mil, correspondente ao valor dos restos a pagar processados e não processados liquidados pagos.

Cancelados: R\$ 4.333 mil, referente ao cancelamento de restos a pagar processados e não processados liquidados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar: R\$ 60.691 mil, compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

Figura 23 – Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – por órgão



No final do terceiro trimestre de 2024, conforme apresentado na “Figura 23”, o montante dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior), de R\$ 1.019.829 mil (100%), foram assim registrados por órgão:

- a) R\$ 514.041 mil (50,40%) na PF;
- b) R\$ 365.848 mil (35,87%) na PRF;
- c) R\$ 65.874 mil (6,46%) no Senappen;
- d) R\$ 64.765 mil (6,35%) no MJSP;
- e) R\$ 9.301 mil (0,91%) nos demais órgãos.

Tabela 28 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por conta contábil

R\$ milhares

Despesa Orçamentárias	30/09/2024	AV%
DESPESAS CORRENTES	926.722	90,87
Pessoal e Encargos Sociais	842.708	82,63
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	543.533	53,30
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	213.318	20,92
Pensões	77.851	7,63
Demais Itens de Despesa Corrente - Pessoal e Encargos	8.007	0,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.015	8,24
Indenizações e Restituições	27.167	2,66
Auxílio-Alimentação	19.838	1,95
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orç.	17.269	1,69
Outros Serviços de Terceiros - Física	5.015	0,49
Locação de Mão-de-obra	2.488	0,24
Passagens e Despesas com Locomoção	2.160	0,21
Outros Benef.Assist. do Servidor e do Militar	2.118	0,21
Material de Consumo	1.360	0,13
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.327	0,13
Contribuições	1.257	0,12
Auxílio-Transporte	1.157	0,11
Demais Itens de Despesa Corrente - Outras Despesas Correntes	2.859	0,28
DESPESAS DE CAPITAL	93.107	9,13
Investimentos	93.107	9,13
Auxílios	64.503	6,32
Contribuições	19.706	1,93
Equipamentos de Material Permanente	5.592	0,55
Demais Itens de Despesa de Capital - Investimentos	3.307	0,32
Total Geral	1.019.829	100,00

Fonte: Siafi.

Destaca-se, na “Tabela 28”, que R\$ 842.708 mil (82,63%) dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior) referem-se a despesas de “Pessoal e Encargos Sociais” (despesas correntes), assim registradas:

- a) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 543.533 mil (53,30%);
- b) Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas: R\$ 213.318 mil (20,92%);
- c) Pensões: R\$ 77.851 mil (7,63%); e
- d) Demais itens de Despesa Corrente – Pessoal e Encargos: \$ 8.007 mil (0,79%).

Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União do MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 29”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 30”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 29 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

INGRESSOS						
ESPECIFICAÇÃO	30/09/2024 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/09/2024 (B: Com Consolidação)	AV%	30/09/2024 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	42.652.887	100,00	14.866.733	100,00	27.786.154	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	34.771.255	81,52	11.849.196	79,70	22.922.060	82,49
Cota Recebida	11.849.196	27,78	11.849.196	79,70	0	0,00
Repasse Recebido	11.264.220	26,41	0	0,00	11.264.220	40,54
Sub-repasse Recebido	11.466.356	26,88	0	0,00	11.466.356	41,27
Repasse Devolvido	191.478	0,45	0	0,00	191.478	0,69
Sub-repasse Devolvido	6	0,00	0	0,00	6	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	7.881.632	18,48	3.017.537	20,30	4.864.095	17,51
Transferências Recebidas para Pagto. de RP	3.537.316	8,29	1.290.429	8,68	2.246.886	8,09
Demais Transferências Recebidas	4.064.987	9,53	1.727.108	11,62	2.337.879	8,41
Movimentação de Saldos Patrimoniais	279.329	0,65	0	0,00	279.329	1,01

Fonte: Siafi.

Tabela 30 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

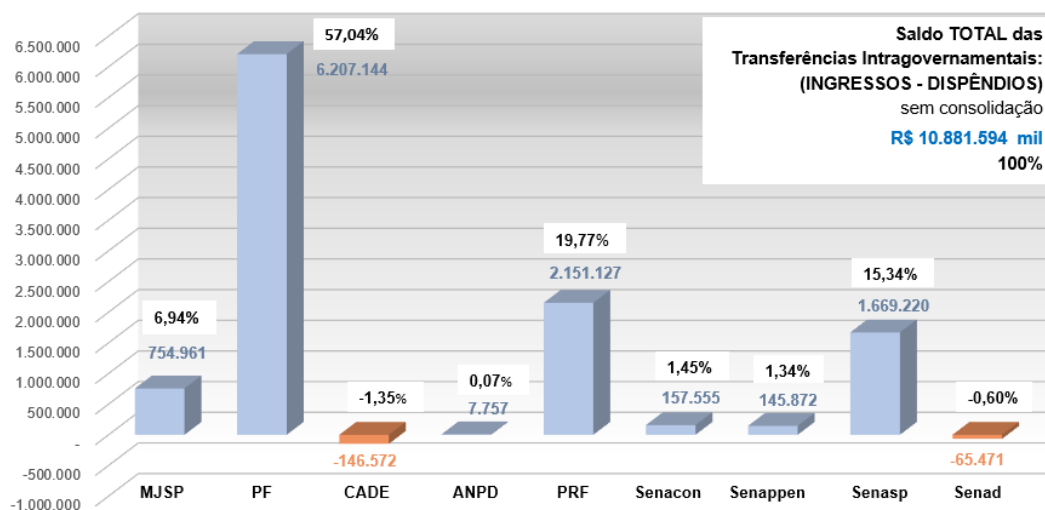
R\$ milhares

DISPÊNDIOS						
ESPECIFICAÇÃO	30/09/2024 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/09/2024 (B: Com Consolidação)	AV%	30/09/2024 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	31.771.293	100,00	3.985.139	100,00	27.786.154	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	23.043.807	72,53	121.747	3,06	22.922.060	82,49
Repasse Concedido	11.271.668	35,48	7.447	0,19	11.264.220	40,54
Sub-repasse Concedido	11.466.356	36,09	0	0,00	11.466.356	41,27
Cota Devolvida	114.300	0,36	114.300	2,87	0	0,00
Repasse Devolvido	191.478	0,60	0	0,00	191.478	0,69
Sub-repasse Devolvido	6	0,00	0	0,00	6	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	8.727.486	27,47	3.863.392	96,94	4.864.095	17,51
Transf. Concedidas para Pagto. de RP	2.246.886	7,07	0	0,00	2.246.886	8,09
Demais Transferências Concedidas	2.337.879	7,36	0	0,00	2.337.879	8,41
Movimento de Saldos Patrimoniais	4.142.721	13,04	3.863.392	96,94	279.329	1,01

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiro deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na "Figura 24" a seguir.

Figura 24 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)

R\$ milhares
30/09/2024

Fonte: Siafi.

Nota 19 – Segurança Pública – DFC

Na estrutura das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), os fluxos de caixa operacionais, consolidados do setor público, em sentido amplo, proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo financia em suas atividades correntes, por meio da tributação e outras cobranças recorrentes.

Os dispêndios relacionados à Segurança Pública, que compõe a rubrica Pessoal e Demais Despesas, representaram R\$ - 7.384.933 mil (15,92%), no 3º trimestre de 2024, do total dos desembolsos apresentados nas DFC.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, R\$ - 4.039.694 mil (54,70%) e R\$ - 2.496.501 mil (33,81%), somando R\$ - 6.536.195 mil (88,51%) do total dos desembolsos com Segurança Pública, conforme apresentado na "Figura 25". Os demais órgãos totalizaram R\$ - 848.738 mil (11,49%).

Figura 25 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão

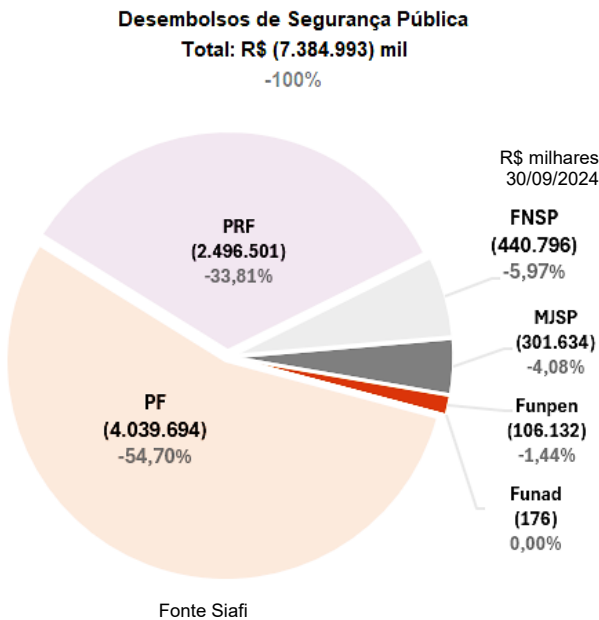


Tabela 31 – Desembolsos – Segurança Pública por Órgão

Órgão	R\$ milhares			
	30/09/2024	30/12/2023	AV%	AH%
Polícia Federal	(4.039.694)	(3.861.969)	54,70	4,60
Polícia Rodoviária Federal	(2.496.501)	(2.406.655)	33,81	3,73
Secretaria Nacional de Segurança Pública	(440.796)	(326.025)	5,97	35,20
Ministério Da Justiça e Segurança Pública	(301.634)	(294.653)	4,08	2,37
Secretaria Nacional de Políticas Penais	(106.132)	(79.308)	1,44	33,82
Secretaria Nacional Antidrogas	(176)	-	0,00	-
Total Geral	(7.384.933)	(6.968.610)	100,00	5,97

Fonte Siafi

Na “Tabela 32”, a seguir, foram detalhados os desembolsos de segurança pública por item:

Tabela 32 – Desembolsos – Segurança Pública por item

R\$ milhares

Desembolsos - Segurança Pública	30/09/2024	30/12/2023	AV%	AH%
Subsídios	4.088.887	3.938.116	55,37	3,83
Diárias no País	465.168	384.107	6,30	21,10
13º Salário	255.107	244.199	3,45	4,47
Auxílio-Alimentação Civilis	227.174	154.947	3,08	46,61
Serviços Gráficos e Editoriais	167.987	188.468	2,27	(10,87)
Férias - 1/3 Constitucional	153.906	139.897	2,08	10,01
Vencimentos e Salários	147.878	151.515	2,00	(2,40)
Gratificação por Exercício de Cargo Efetivo	127.099	125.837	1,72	1,00
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	106.172	64.496	1,44	64,62
Locação de Softwares	81.359	34.533	1,10	135,60
Ressarcimento Assistência Médica/Odontológica	68.870	64.775	0,93	6,32
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	66.631	68.735	0,90	(3,06)
Serv. Médico-Hospitalar, Odontol. e Laboratoriais	65.900	14.855	0,89	343,63
Abono de Permanência	65.304	53.360	0,88	22,38
Limpeza e conservação	59.209	57.092	0,80	3,71
Serviços Técnicos Profissionais	58.030	48.178	0,79	20,45
Gratificação p/ Exercício de Cargo em Comissão	56.855	51.491	0,77	10,42
Passagens Para o País	54.833	50.750	0,74	8,04
Locação de Imóveis	48.066	53.168	0,65	(9,60)
Serviços de Energia Elétrica	46.400	43.312	0,63	7,13
Vigilância Ostensiva	45.210	34.751	0,61	30,10
Bolsa-Formação Pronasci	45.061	-	0,61	-
Vigilância Ostensiva/ Monitorada/ Rastreamento	43.162	37.573	0,58	14,87
Diárias a Colaboradores Eventuais no País	41.408	24.923	0,56	66,14
Contribuição Patronal – Funpresp Lei nº 12.618/12	38.194	33.461	0,52	14,14
Material p/ Manutenção de Veículos	36.065	34.852	0,49	3,48
Serv. de Apoio Admin., Técnico e Operacional	31.773	61.602	0,43	(48,42)
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos da APF	29.634	28.375	0,40	4,44
Hospedagens de Sistemas	29.001	37.372	0,39	(22,40)
Material de Proteção e Segurança	28.253	18.185	0,38	55,36
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	25.415	33.451	0,34	(24,02)
Retribuição Básica no Exterior – Civil (Lei nº 5.809/1972)	21.789	27.481	0,30	(20,71)
Material para Comunicações	20.924	502	0,28	4.067,50
Manutenção Corretiva/ Adaptativa e Sustentação de Softwares	19.980	31.069	0,27	(35,69)
Manutenção e Conservação De Veículos	19.948	18.389	0,27	8,48
Auxílio-Creche Civil	19.902	16.884	0,27	17,87
Suporte de Infraestrutura de TIC	18.351	25.941	0,25	(29,26)
Comunicação de Dados e Redes em Geral	16.856	60.639	0,23	(72,20)
Adicional de Insalubridade	15.983	16.742	0,22	(4,53)
Serviços Técnicos Profissionais de TIC	15.316	24.762	0,21	(38,15)
Serviços de Comunicação em Geral	14.949	13.459	0,20	11,07
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	14.368	12.243	0,19	17,35
Serviços de Caráter Secreto ou Reservado	14.168	8.341	0,19	69,87
Indenização de Moradia – Pessoal Civil	13.793	14.721	0,19	(6,30)
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	13.022	8.649	0,18	50,56
Outros Serviços de Terceiros - PJ	12.759	4.564	0,17	179,55
Indenização de Representação no Exterior – IREX	12.459	16.706	0,17	(25,42)
Suprimento de Aviação	12.053	7.334	0,16	64,35
Serviços em Itens Reparáveis de Aviação	11.992	16.007	0,16	(25,08)
Gratificação por Encargo de Curso e Concurso - GECC	11.849	15.290	0,16	(22,50)
Estagiários	10.875	12.229	0,15	(11,07)
Condomínios	10.609	10.818	0,14	(1,93)
Demais Desembolsos de segurança pública (205 itens)	258.975	329.460	3,51	(21,39)
Total de Segurança Pública	(7.384.933)	(6.968.610)	100,00	5,97

Fonte Siafi

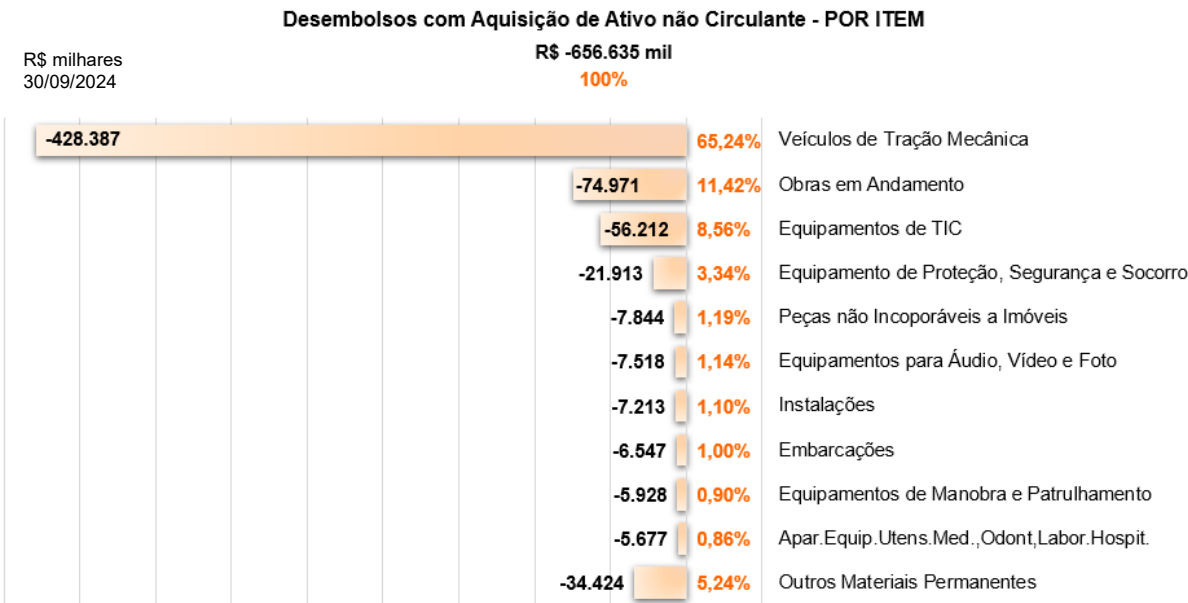
Nota 20 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – DFC

Os registros contabilizados em “Aquisições de Ativo não Circulante”, consolidados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, integraram no terceiro trimestre de 2024, R\$ -656.635 mil (97,93%) do total dos desembolsos dos “Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento”. Representam as aquisições de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pelo órgão.

Na “Figura 26”, pode-se observar a composição por item das “Aquisições de Ativo Não Circulante”, R\$ -656.635 mil (100%), assim registradas:

- a) R\$ -428.387 mil (65,24%) de Veículos de Tração Mecânica, sendo R\$ -251.159 mil (58,63%) registrados na Senasp e R\$ -87.062 mil (20,32%) registrados na PRF, totalizando R\$ - 338.221 mil (78,95%) do montante do referido item;
- b) R\$ -74.971 mil (11,42%) de Obras em Andamento, sendo R\$ - 42.069 mil (56,11%) registrados na PRF e R\$ -30.012 mil (40,03%) registados na PF, totalizando R\$ -72.080 mil (96,14%) de representação do montante do referido item;
- c) R\$ -56.212 mil (8,56%) de Material e Equipamentos de TIC, sendo R\$ -31.939 mil (56,82%) registrados na PF, R\$ - 8.120 mil (14,45%) registrados no MJSP e R\$ -6.258 mil (11,13%) registrados na Senappen, totalizando R\$ -46.317 mil (82,40%) do montante do referido item;
- d) R\$ -21.913 mil (3,34%) de Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro, sendo R\$ -17.079 mil (77,94%) registrados na Senappen e R\$ -3.286 mil (14,99%) registrados na PRF, totalizando R\$ - 20.365 mil (92,94%) do montante do referido item;
- e) R\$ -7.844 mil (1,19%) de Peças não Incorporáveis a Imóveis, sendo R\$ -7.753 mil (98,84%) do montante do referido item, registrados na PF;
- f) R\$ -7.518 mil (1,14%) de Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, sendo R\$ -3.856 mil (51,30%) registrados na Senappen e R\$ -2.054 mil (27,32%) registrados na Senasp, totalizando R\$ -5.910 mil (78,62%) do montante do referido item;
- g) R\$ -7.213 mil (1,10%) de Instalações, sendo R\$ -6.274 mil (86,98%) do montante do referido item, registrados na PF;
- h) R\$ -6.547 mil (1,00%) de Embarcações, totalizando (100%) do referido item registrados na PF;
- i) R\$ -5.928 mil (0,90%) de Equipamentos de Manobra e Patrulhamento, sendo R\$ -5.765 mil (97,25%) do montante do referido item registrados na PRF;
- j) R\$ -5.677 mil (0,86%) de Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laborat. e Hospitalares, sendo R\$ -5.647 mil (99,47%) do montante do referido item, registrados na PF;
- k) R\$ -34.424 mil (5,24%) de Outros Materiais Permanentes.

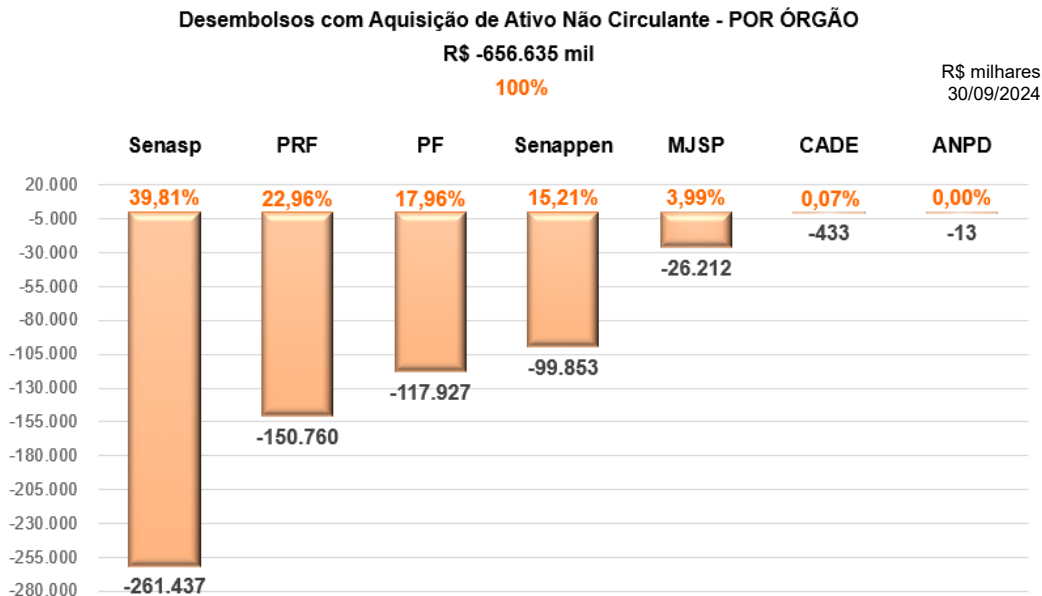
Figura 26 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Fonte: Siafi

Na “Figura 27”, evidencia-se o impacto de cada órgão em “Aquisição de Ativo Não Circulante”; sendo R\$ -261.437 mil (39,81%) na Senasp; R\$ -150.760 mil (22,96%) na PRF; R\$ -117.927 mil (17,96%) na PF e R\$ -126.512 mil (19,27%) nos demais órgãos. Em síntese, a Senasp, a PRF e a PF totalizaram R\$ -530.123 mil (80,73%) da representação no referido grupo de contas.

Figura 27 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o saldo final apresentado, em setembro de 2024, de R\$ 23.849.260 mil (100%), foi decorrente das seguintes contabilizações:

- a) R\$ 1.697.326 mil (7,12%) em Resultado do Exercício;
- b) R\$ 172.676 mil (0,72%) em Constituição/Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos;
- c) R\$ -271.015 mil (-1,14%) em Ajustes de Exercício Anteriores; e
- d) R\$ 22.250.274 mil (93,30%) em Saldo Inicial do Exercício 2024.

Resultado do Exercício

O "Resultado do Exercício", de R\$ 1.697.326 mil, representou (7,12%) do saldo patrimonial líquido, sendo impactado principalmente por:

- a) "Transferências e Delegações Recebidas", correspondente a R\$ 43.167.837 mil (89,70%) das Variações Patrimoniais Aumentativas; e
- b) "Transferências e Delegações Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a R\$ 32.683.773 mil (70,39%) e R\$ 6.721.197 mil (14,48%), somando R\$ 39.404.970 mil (84,87%) das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Os detalhamentos relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº 18 - "Transferências Intragovernamentais" e nº 11 - "Pessoal e Encargos".

Constituição/Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ 172.676 mil (0,72%) da DMPL, foram assim constituídas:

- a) R\$ 110.138 mil (63,78%) na Polícia Rodoviária Federal, sendo R\$ 66.772 mil (60,63%) para

Postos de Fiscalização, R\$ 25.434 mil (23,09%) para Edifícios e o restante R\$ 17.932 mil (16,28%) para as demais contas;

b) R\$ 59.730 mil (34,59%) na Polícia Federal, sendo R\$ 153.262 mil (256,59%) para Edifícios, R\$ -110.150 mil (-184,41%) para Terrenos/Glebas, e R\$ 16.617 mil (27,82%) para as demais contas;

e

c) R\$ 2.808 mil (1,63%) para os demais órgãos.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Os "Ajustes de Exercícios Anteriores", totalizaram R\$ -271.015 mil (-1,14%) assim registrados:

a) R\$ 117.542 mil (-43,37%) na Polícia Federal;

b) R\$ -385.996 mil (142,43%) na Polícia Rodoviária Federal; e

c) R\$ -2.561 mil (0,94%) no restante dos Órgãos Subordinados ao MJSP.

Saldo Inicial do Exercício 2024

Por fim, cabe informar que o saldo restante, de R\$ 22.250.274 mil, não foi objeto desta análise, uma vez que foi proveniente de exercícios anteriores.